

**Q1.**

**Paternidade Responsável**

Quantos filhos você gostaria de ter?

Ao responder a essa pergunta com certeza uma outra vai passar pela sua cabeça: "Será que vou conseguir sustentar um filho?".

Certamente você gostaria de ter tantos filhos quantos pudesse sustentar, garantindo-lhes uma boa escola, um lugar com algum conforto para morar e remédios quando necessários.

Segundo especialistas, pode ser perigoso para a mãe a para a criança engravidar durante a adolescência porque o corpo da menina ainda não está preparado para o parto. Problemas como a gestante adolescente apresentar anemia ou o bebê nascer prematuramente são comuns. Além de eventuais problemas de saúde, tem-se um problema de ordem social: como sustentar uma criança, já que, para tanto, o adolescente, se não contar com a ajuda dos pais ou responsáveis, terá de abandonar a escola?

Desesperadas, muitas jovens acabam optando pelo aborto. Vale lembrar que, salvo raras exceções (estupro ou risco de morte para a mãe, o aborto no Brasil, é considerado crime. A mulher recorre, então, a clínicas clandestinas, sem fiscalização, e põe sua saúde em risco. Quem não tem condições de pagar tais clínicas faz uso de métodos ainda mais precários. Isso acontece, em parte, porque não existe no Brasil um projeto amplo de planejamento familiar que assegure aos mais pobres o direito de decidir quantos filhos desejam ter. Assim, muitos casais têm quatro, seis, dez filhos, quando, na verdade, conseguiriam sustentar apenas um ou dois.

(DIMENSTEIN, Gilberto. O cidadão de Papel. Ed. Ática. São Paulo, 2011, p. 106)

Embora o título do texto seja "Paternidade responsável", pode-se concluir que, em seu desenvolvimento, o autor dá ênfase à seguinte questão:

- A) à falta de escolaridade dos pais.
- B) o abandono de recém-nascido.
- C) à qualidade do sistema educacional.
- D) à gravidez na adolescência.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Língua Portuguesa / Nomes e verbo; Advérbio e suas circunstâncias de tempo, lugar, meio, intensidade, negação, afirmação, dúvida, etc**

Fonte: ADVOGADO / EBSERH/HUPEST/UFSC / 2016 / IBFC

**Q2.**

**Minhas  
maturidade  
Circunspeção, siso, prudência.  
(Mario Prata)**

É o que o homem pensa durante anos, enquanto envelhece. Já está perto dos 50 e a pergunta ainda martela. Um dia ele vai amadurecer.

Quando um homem descobre que não é necessário escovar os dentes com tanta rapidez, tenha certeza, ele virou um homem maduro. Só sendo mesmo muito imaturo para escovar os dentes com tanta pressa.

E o amarrar do sapato pode ser mais tranquilo, arrumando-se uma posição menos incômoda, acertando as pontas.

[...]

Não sente culpa de nada. Mas, se sente, sofre como nunca. Mas já é capaz de assistir à sessão da tarde sem a culpa a lhe desviar a atenção.

É um homem mais bonito, não resta a menor dúvida.

Homem maduro não bebe, vai à praia.

Não malha: a malhação denota toda a imaturidade de quem a faz. Curtir o corpo é ligeiramente imaturo.

Nada como a maturidade para perceber que os intelectuais de esquerda estão, finalmente, acabando. Restam uns cinco.

Sorri tranquilo quando pensa que a pressa é coisa daqueles imaturos.

O homem maduro gosta de mulheres imaturas. Fazer o quê?

Muda muito de opinião. Essa coisa de ter sempre a mesma opinião, ele já foi assim.

[...]

Se ninguém segurar, é capaz do homem maduro ficar com mania de apagar as luzes da casa.

O homem maduro faz palavras cruzadas!

Se você observar bem, ele começa a implicar com horários.

A maturidade faz com que ele não possa mais fazer algumas coisas. Se pega pensando: sou um homem maduro.

Um homem maduro não pode fazer isso.

O homem maduro começa, pouco a pouco, a se irritar com as pessoas imaturas.

Depois de um tempo, percebe que está começando é a sentir inveja dos imaturos.

Será que os imaturos são mais felizes?, pensa, enquanto começa a escovar os dentes depressa, mais depressa, mais depressa ainda.

O homem maduro é de uma imaturidade a toda prova.

Meu Deus, o que será de nós, os maduros?

No terceiro parágrafo, o vocábulo destacado em "E o amarrar do sapato pode ser mais tranquilo," deve ser classificado morfológicamente como:

- A) verbo.
- B) adjetivo.
- C) substantivo.
- D) advérbio.
- E) pronome.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Língua Portuguesa / Flexões nominais e verbais**

**Fonte: TÉCNICO CONTÁBIL / MSG / 2017 / IBFC**

**Q3.**

#### **Paternidade Responsável**

Quantos filhos você gostaria de ter?

Ao responder a essa pergunta com certeza uma outra vai passar pela sua cabeça: "Será que vou conseguir sustentar um filho?".

Certamente você gostaria de ter tantos filhos quantos pudesse sustentar, garantindo-lhes uma boa escola, um lugar com algum conforto para morar e remédios quando necessários.

Segundo especialistas, pode ser perigoso para a mãe a para a criança engravidar durante a adolescência porque o corpo da menina ainda não está preparado para o parto.

Problemas como a gestante adolescente apresentar anemia ou o bebê nascer prematuramente são comuns. Além de eventuais problemas de saúde, tem-se um problema de ordem social: como sustentar uma criança, já que, para tanto, o adolescente,

se não contar com a ajuda dos pais ou responsáveis, terá de abandonar a escola?

Desesperadas, muitas jovens acabam optando pelo aborto. Vale lembrar que, salvo raras exceções (estupro ou risco de morte para a mãe, o aborto no Brasil, é considerado crime. A mulher recorre, então, a clínicas clandestinas, sem fiscalização, e põe sua saúde em risco. Quem não tem condições de pagar tais clínicas faz uso de métodos ainda mais precários. Isso acontece, em parte, porque não existe no Brasil um projeto amplo de planejamento familiar que assegure aos mais pobres o direito de decidir quantos filhos desejam ter. Assim, muitos casais têm quatro, seis, dez filhos, quando, na verdade, conseguiriam sustentar apenas um ou dois.

(DIMENSTEIN, Gilberto. O cidadão de Papel. Ed. Ática. São Paulo, 2011, p. 106)

A forma verbal "gostaria", presente no primeiro parágrafo, está flexionada no seguinte tempo verbal:

- A) futuro do pretérito.
- B) pretérito perfeito.
- C) pretérito imperfeito.
- D) futuro do presente.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Língua Portuguesa / Palavras de relação intervocabular e interoracional: preposições e conjunções**

**Fonte: PERITO CRIMINAL - ÁREA 1 / Polícia Científica/ PR / 2017 / IBFC**

**Q4.**

“Operou o cérebro de uma mulher de 28 anos, grávida de 37 semanas, para retirar um tumor benigno que comprimia o nervo óptico a ponto de ser improvável que ela pudesse enxergar seu bebê quando nascesse.”(1º§)

A preposição destacada no trecho acima contribui para a coesão do texto introduzindo o valor semântico de:

- A) concessão.
- B) finalidade.
- C) adversidade.
- D) explicação.
- E) consequência.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Língua Portuguesa / Frase, oração, período / Elementos constituintes da oração: termos essenciais, integrantes e acessórios. Coordenação e Subordinação**

**Fonte: TÉCNICO CONTÁBIL / MSG / 2017 / IBFC**

**Q5.**

**Família  
(Titãs, fragmento)**

Família, família  
Papai, mamãe, titia,  
Família, família  
Almoça junto todo dia,  
Nunca perde essa mania  
Mas quando a filha quer fugir de casa  
Precisa descolar um ganha-pão  
Filha de família se não casa  
Papai, mamãe, não dão nenhum tostão  
Família êh!

Família áh!

Em relação ao verso “Almoça junto todo dia” (v.4), percebe-se que a palavra “família” exerce a função sintática de:

- A) sujeito.
- B) objeto direto.
- C) objeto indireto.
- D) predicado.

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Língua Portuguesa / Sintaxe de colocação, concordância e regência**

**Fonte: TÉCNICO CONTÁBIL / MSG / 2017 / IBFC**

**Q6.**

**Paternidade Responsável**

Quantos filhos você gostaria de ter?

Ao responder a essa pergunta com certeza uma outra vai passar pela sua cabeça: “Será que vou conseguir sustentar um filho?”.

Certamente você gostaria de ter tantos filhos quantos pudesse sustentar, garantindo-lhes uma boa escola, um lugar com algum conforto para morar e remédios quando necessários.

Segundo especialistas, pode ser perigoso para a mãe a para a criança engravidar durante a adolescência porque o corpo da menina ainda não está preparado para o parto.

Problemas como a gestante adolescente apresentar anemia ou o bebê nascer prematuramente são comuns. Além de eventuais problemas de saúde, tem-se um problema de ordem social: como sustentar uma criança, já que, para tanto, o adolescente, se não contar com a ajuda dos pais ou responsáveis, terá de abandonar a escola?

Desesperadas, muitas jovens acabam optando pelo aborto. Vale lembrar que, salvo raras exceções (estupro ou risco de morte para a mãe, o aborto no Brasil, é considerado crime. A mulher recorre, então, a clínicas clandestinas, sem fiscalização, e põe sua saúde em risco. Quem não tem condições de pagar tais clínicas faz uso de métodos ainda mais precários.

Isso acontece, em parte, porque não existe no Brasil um projeto amplo de planejamento familiar que assegure aos mais pobres o direito de decidir quantos filhos desejam ter. Assim, muitos casais têm quatro, seis, dez filhos, quando, na verdade, conseguiriam sustentar apenas um ou dois.

(DIMENSTEIN, Gilberto. O cidadão de Papel. Ed. Ática. São Paulo, 2011, p. 106)

Em “Assim, muitos casais têm quatro, seis, dez filhos,” (6º§), nota-se que o acento do verbo em destaque deve-se a uma exigência de concordância. Assinale a alternativa correta em relação ao emprego desse mesmo verbo.

- A) No Brasil, a sociedade têm várias questões.
- B) O jovem têm um grande desafio pela frente.
- C) As pessoas tem muitos planos.
- D) A mentira tem perna curta.

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Língua Portuguesa / Crase**

**Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 11ª / 2017 / FCC**

## Q7.

Muito antes das discussões atuais sobre as mudanças climáticas, os cataclismos naturais despertam interesse no homem. Os desastres são um capítulo trágico da história da humanidade desde tempos longínquos. Supostas inundações catastróficas aparecem em relatos de várias culturas ao longo dos tempos, desde os antigos mesopotâmicos e gregos até os maias e os vikings.

Fora da rota dos grandes furacões, sem vulcões ativos e desprovido de zonas habitadas sujeitas a terremotos, o Brasil não figura entre os países mais suscetíveis a desastres naturais. Contudo, a aparência de lugar protegido dos humores do clima e dos solavancos da geologia deve ser relativizada. Aqui, cerca de 85% dos desastres são causados por três tipos de ocorrências: inundações bruscas, deslizamentos de terra e secas prolongadas. Esses fenômenos são relativamente recorrentes em zonas tropicais, e seus efeitos podem ser atenuados por políticas públicas de redução de danos.

Dois estudos feitos por pesquisadores brasileiros indicam que o risco de ocorrência desses três tipos de desastre deverá aumentar até o final do século. Eles também sinalizam que novos pontos do território nacional deverão se transformar em áreas de risco significativo para esses mesmos problemas. "Os impactos tendem a ser maiores no futuro, com as mudanças climáticas, o crescimento das cidades e a ocupação de mais áreas de risco", comenta o pesquisador José A. Marengo.

Além da suscetibilidade natural a secas, enchentes, deslizamentos e outros desastres, a ação do homem tem um peso considerável em transformar o que poderia ser um problema de menor monta em uma catástrofe. Os pesquisadores estimam que um terço do impacto dos deslizamentos de terra e metade dos estragos de inundações poderiam ser evitados com alterações de práticas humanas ligadas à ocupação do solo e a melhorias nas condições socioeconômicas da população em áreas de risco.

Moradias precárias em lugares inadequados, perto de encostas ou em pontos de alagamento, cidades superpopulosas e impermeabilizadas, que não escoam a água da chuva; esses fatores da cultura humana podem influenciar o desfecho de uma situação de risco. "Até hábitos cotidianos, como não jogar lixo na rua, e o nível de solidariedade de uma população podem ao menos mitigar os impactos de um desastre", pondera a geógrafa Lucí Hidalgo Nunes.

(Adaptado de PIVETTA, Marcos. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br>)

Atente para as frases abaixo, redigidas a partir de frases do texto modificadas.

I. O Brasil não figura entre os países mais suscetíveis à catástrofes naturais.

II. Em alguns locais, existe uma suscetibilidade natural à ocorrência de desastres, como secas, enchentes e deslizamentos.

III. Certas atitudes relacionadas à cultura humana podem impactar o desfecho final de uma situação de risco.

O sinal de crase está empregado corretamente APENAS em

- A) II e III.
- B) I e III.
- C) I e II.
- D) II.
- E) III.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Língua Portuguesa / Semântica: sinonímia, antonímia e heteronímia**

**Fonte: TÉCNICO CONTÁBIL / MSG / 2017 / IBFC**

## Q8.

**Família**  
**(Titãs, fragmento)**

Família, família  
Papai, mamãe, titia,  
Família, família  
Almoça junto todo dia,  
Nunca perde essa mania  
Mas quando a filha quer fugir de casa  
Precisa descolar um ganha-pão  
Filha de família se não casa  
Papai, mamãe, não dão nenhum tostão  
Família êh!

Família ah!

No sétimo verso, a palavra “ganha-pão” pertence a uma modalidade mais informal da língua e deve ser entendida como sinônimo de:

- A) refeição.
- B) educação.
- C) trabalho.
- D) diversão.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

### ***Língua Portuguesa / Pontuação e seus recursos sintático-semânticos***

**Fonte: TÉCNICO CONTÁBIL / MSG / 2017 / IBFC**

#### **Q9.**

##### **Família (Titãs, fragmento)**

Família, família  
Papai, mamãe, titia,  
Família, família  
Almoça junto todo dia,  
Nunca perde essa mania  
Mas quando a filha quer fugir de casa  
Precisa descolar um ganha-pão  
Filha de família se não casa  
Papai, mamãe, não dão nenhum tostão  
Família êh!  
Família ah!

Nos três primeiros versos, as vírgulas foram usadas para:

- A) indicar uma sequência infinita de termos.
- B) separar elementos de uma enumeração.
- C) marcar uma pausa longa entre as palavras.
- D) enumerar termos de classes gramaticais distintas.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

### ***Língua Portuguesa / Acentuação***

**Fonte: ADVOGADO / EBSERH - HUGG / 2017 / IBFC**

#### **Q10.**

Há algum tempo venho afinando certa mania. Nos começos chutava tudo o que achava. [...] Não sei quando começou em mim o gosto sutil. [...]  
Chutar tampinhas que encontro no caminho. É só ver a tampinha. Posso diferenciar ao longe que tampinha é aquela ou aquela outra. Qual a marca (se estiver de cortiça para baixo) e qual a força que devo empregar no chute. Dou uma gingada, e quase já controlei tudo. [...] Errei muitos, ainda erro. É plenamente aceitável a ideia de que para acertar, necessário pequenas erradas. Mas é muito desagradável, o entusiasmo desaparecer antes do chute. Sem graça.  
Meu irmão, tino sério, responsabilidades. Ele, a camisa; eu, o avesso. Meio burguês, metido a sensato. Noivo...  
- Você é um largado. Onde se viu essa, agora! [...]  
Cá no bairro minha fama andava péssima. Aluado, farrista, uma porção de coisas que sou e que não sou. Depois que arrumei ocupação à noite, há senhoras mães de família que já me cumprimentaram. Às vezes, aparecem nos rostos sorrisos

de confiança. Acham, sem dúvida, que estou melhorando.

- Bom rapaz. Bom rapaz.

Como se isso estivesse me interessando...

Faço serão, fico até tarde. Números, carimbos, coisas chatas.

Dez, onze horas. De quando em vez levo cerveja preta e

Huxley. (Li duas vezes o "Contraponto" e leio sempre

(E). [...])

Dia desses, no lotação. A tal estava a meu lado querendo

prosa. [...] Um enorme anel de grau no dedo. Ostentação

boba, é moça como qualquer outra. Igualzinho às outras, sem

diferença. E eu me casar com um troço daquele? [...] Quase

respondi...

- Olhe: sou um cara que trabalha muito mal. Assobia sambas

de Noel com alguma bossa. Agora, minha especialidade,

meu gosto, meu jeito mesmo, é chutar tampinhas da rua. Não

conheço chutador mais fino.

(ANTONIO, João. Afinação da arte de chutar tampinhas. In: Patuleia: gentes de rua. São Paulo: Ática, 1996)

Vocabulário:

Huxley: Aldous Huxley, escritor britânico mais conhecido por seus livros de ficção científica.

Contraponto: obra de ficção de Huxley que narra a destruição de valores do pós-guerra na Inglaterra, em que o trabalho e a ciência retiraram dos indivíduos qualquer sentimento e vontade de revolução.

O emprego do acento grave em "Às vezes, aparecem nos rostos sorrisos de confiança." (5º§) justifica-se pela mesma razão do que ocorre no seguinte exemplo:

- A) Entregou o documento às meninas.
- B) Manteve-se sempre fiel às suas convicções.
- C) Saiu, às pressas, mas não reclamou.
- D) Às experiências, dedicou sua vida.
- E) Deu um retorno às fãs.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

### **Língua Portuguesa / Ortografia**

**Fonte: ADVOGADO / EBSERH - HUGG / 2017 / IBFC**

#### **Q11.**

Há algum tempo venho afinando certa mania. Nos começos chutava tudo o que achava. [...] Não sei quando começou em mim o gosto sutil. [...]

Chutar tampinhas que encontro no caminho. É só ver a tampinha. Posso diferenciar ao longe que tampinha é aquela ou aquela outra. Qual a marca (se estiver de cortiça para baixo) e qual a força que devo empregar no chute. Dou uma gingada, e quase já controlei tudo. [...] Errei muitos, ainda erro. É plenamente aceitável a ideia de que para acertar, necessário pequenas erradas. Mas é muito desagradável, o entusiasmo desaparecer antes do chute. Sem graça.

Meu irmão, tino sério, responsabilidades. Ele, a camisa; eu, o avesso. Meio burguês, metido a sensato. Noivo...

- Você é um largado. Onde se viu essa, agora! [...]

Cá no bairro minha fama andava péssima. Aluado, farrista, uma porção de coisas que sou e que não sou. Depois que arrumei ocupação à noite, há senhoras mães de família que já me cumprimentaram. Às vezes, aparecem nos rostos sorrisos de confiança. Acham, sem dúvida, que estou melhorando.

- Bom rapaz. Bom rapaz.

Como se isso estivesse me interessando...

Faço serão, fico até tarde. Números, carimbos, coisas chatas. Dez, onze horas. De quando em vez levo cerveja preta e Huxley. (Li duas vezes o "Contraponto" e leio sempre (E). [...])

Dia desses, no lotação. A tal estava a meu lado querendo prosa. [...] Um enorme anel de grau no dedo. Ostentação bobá, é moça como qualquer outra. Igualzinho às outras, sem diferença. E eu me casar com um troço daquele? [...] Quase respondi...

- Olhe: sou um cara que trabalha muito mal. Assobia sambas de Noel com alguma bossa. Agora, minha especialidade, meu gosto, meu jeito mesmo, é chutar tampinhas da rua. Não conheço chutador mais fino.

(ANTONIO, João. Afinação da arte de chutar tampinhas. In: Patuleia: gentes de rua. São Paulo: Ática, 1996)

Vocabulário:

Huxley: Aldous Huxley, escritor britânico mais conhecido por seus livros de ficção científica.

Contraponto: obra de ficção de Huxley que narra a destruição de valores do pós-guerra na Inglaterra, em que o trabalho e a ciência retiraram dos indivíduos qualquer sentimento e vontade de revolução.

Em "Há algum tempo venho afinando certa mania." (1º§), nota-se que o termo destacado pertence à seguinte classe gramatical:

- A) substantivo.
- B) adjetivo.
- C) pronome.
- D) advérbio.
- E) interjeição.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Língua Portuguesa / Correspondência oficial / Conceito e tipos de documentos; Diferença entre ofício e memorando**

**Fonte: ANALISTA MINISTERIAL - COMUNICAÇÃO SOCIAL/JORNALISMO / MPE/PE / 2012 / FCC**

**Q12.**

O Manual de Redação da Presidência da República, de 2002, determina que:

- A) as comunicações oficiais não são necessariamente uniformes, pois há sempre um único comunicador (o Serviço Público), mas os receptores dessas comunicações ou são cidadãos ou instituições que devem ser tratados com repertório próprio.
- B) à vista da linguagem específica de determinados grupos, as expressões de circulação restrita como regionalismos vocabulares e jargões técnicos são permitidos em determinadas situações.
- C) Aviso e Ofício são modalidades de comunicação oficial praticamente idênticas. A diferença entre eles é que o Ofício é expedido por Ministros de Estado para autoridades de igual importância e a origem do Aviso é indiscriminada.
- D) a redação oficial deve caracterizar-se pela impessoalidade, uso do padrão culto da linguagem, clareza, concisão, formalidade e uniformidade.
- E) a redação oficial manteve alguns fechos que têm mais de meio século de aprovação (Portaria no 1 do Ministro de Estado da Justiça, de 1937) relacionados a formas de tratamento e cortesia.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Língua Inglesa / Compreensão de textos verbais e não-verbais**

**Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - APOIO ESPECIALIZADO - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO / TRT 14ª / 2016 / FCC**

**Q13.**

**What are the biggest Windows 10 problems Microsoft needs to fix?**



Windows 10 is shaping up to be a good upgrade over both Windows 7 and Windows 8, but with the release date of 29 July mere weeks away, there are still some issues that need sorting.

So, while there's still just about time, here are some of the biggest Windows 10 problems that we're hoping Microsoft will fix before the Windows 10 Technical Preview is closed and the final version is released to users.

#### 1 Tabs in File Explorer

One of the longest-running requested features for a new Windows is simply to allow the File Explorer to have tabs. Just as web browsers can have multiple tabs open at the same time but all contained in a neat single-windowed view, we want the same thing for File Explorer.

It seems like it should be a simple thing to add, but seemingly Microsoft is against the idea, as it's already made considerable adjustments to File Explorer in Windows 10 without including this feature.

#### 2 Finish updating icons

Windows 8 saw a new, more sharp-lined, high-contrast style brought to Windows, but it didn't do a very good job of maintaining consistency throughout the OS, with many features still using the old style. Windows 10 has improved this, tweaking the majority of system icons and features to fit in with the new look. I....., the task still isn't complete, and while it doesn't make a huge difference to the day-to-day satisfaction of using your computer, it does speak to the apparent difference in philosophy between Apple and Microsoft. When the former overhauled the look of iOS, it did so in a much more complete manner than Microsoft has managed over two major iterations of Windows.

#### 3 Stability issues

The most obvious issue that Microsoft needs to address is simply making sure it really does solve any further performance and stability issues in Windows 10. While our experience has largely been smooth, we've nonetheless had moments of the system completely falling over while doing nothing particularly challenging, and there are many other reports of instability. Microsoft certainly can't be complacent when it comes to core stability. The company does need to ensure that what customers are buying at least works reliably out of the box.

(...)

by Edward Chester

03 July 2015

(Adapted from: <http://www.trustedreviews.com>)

O conectivo que preenche corretamente a lacuna I no primeiro parágrafo do item 2 é

- A) Because
- B) However
- C) When
- D) Although
- E) Therefore

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

### **Língua Inglesa / Itens Gramaticais**

**Fonte: ANALISTA LEGISLATIVO - TAQUÍGRAFO / Assembleia Legislativa/SP / 2012 / FCC**

#### **Q14.**

05/01/2012

Understand legal issues when using CBCT scans

by Stuart J. Oberman, USA

Dentists are legally and ethically obligated to do no harm to their patients. Improper diagnosis after using a CBCT (cone-beam computed tomography) does not align with this standard because delay of diagnosis leads to delay of treatment. This is not in the best interest of the patient because it can lead to an inferior prognosis. Also, not every patient requires a CBCT scan; therefore, it is the dentist's responsibility to determine whether a CBCT scan is necessary by using reasonable, careful judgment in light of the patient's medical and dental history and thorough examination. The dentist should do a cost-benefit analysis before requesting a CBCT scan. When doing so, the dentist should consider whether the likely benefit to the patient exceeds the ionizing radiation risk and the financial cost.

Dentists' scope of legal responsibility to diagnose

When using CBCT, as with other diagnostic tools, the dentist's responsibility is not limited to the area of interest being diagnosed or treated. The treating dentist is legally responsible

for diagnosing any disease that falls within the scope of the dentist's license, which is normally broad in scope, encompassing all diseases and lesions of the jaw and related structures. As for a dentist's responsibility for diagnosing a disease that falls outside the scope of the dentist's license, the answer is not clear. Thus, it is always a good idea to be cautious and assume the responsibility to recognize any abnormality that appears anywhere on the CBCT scan. If ...1ART... dentist is unsure of ...2ART... scan results, he or she should consult with ...3ART... specialists in the field or refer ...4ART... patient to ...5ART... specialist.

As lacunas ART 1 a ART 5 devem ser preenchidas, respectivamente, com

- A) a – the – Ø – the – a.
- B) the – a – the – a – he.
- C) a – a – the – the – the.
- D) the – the – the – a – a.
- E) a – Ø – Ø – a – the.

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Matemática/Raciocínio Lógico / Resolução de problemas envolvendo / Frações; Porcentagens**

**Fonte: ADVOGADO / EBSERH - HUGG / 2017 / IBFC**

**Q15.**

Se Ana já fez 120% de 35% de uma tarefa, então a fração que representa o que ainda resta da tarefa é:

- A) 21/50
- B) 42/100
- C) 29/50
- D) 27/50
- E) 31/50

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Matemática/Raciocínio Lógico / Resolução de problemas envolvendo / Conjuntos**

**Fonte: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO / EBSERH - HUGG / 2017 / IBFC**

**Q16.**

Numa academia de ginástica, 120 frequentadores praticam natação ou musculação. Sabe-se que 72 praticam natação e 56 praticam musculação. Desse modo, o total de frequentadores que praticam somente musculação é:

- A) 8
- B) 64
- C) 52
- D) 36
- E) 48

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Matemática/Raciocínio Lógico / Resolução de problemas envolvendo / Sequências (com números, com figuras, de palavras)**

**Fonte: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO / EBSERH - HUGG / 2017 / IBFC**

**Q17.**

Considerando a sequência de figuras @, % , & , # , @ , % , & , # , ..., podemos dizer que a figura que estará na 117ª posição será:

- A) @
- B) %
- C) &
- D) #
- E) \$

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

*Matemática/Raciocínio Lógico / Raciocínio lógico matemático / Proposições, conectivos, equivalência e implicação lógica, argumentos válidos*

Fonte: TÉCNICO ADMINISTRATIVO / SES-PR / 2016 / IBFC

**Q18.**

Para percorrer a distância entre duas cidades a velocidade média é de 90 km/h e o tempo gasto é de 4 horas. Se a velocidade média fosse de 60 km/h, então o tempo necessário para percorrer a mesma distância seria de:

- A) 6 horas.
- B) 5 horas e meia.
- C) 2 horas e quarenta minutos.
- D) Mais de 6 horas.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

*Matemática/Raciocínio Lógico / Lógica Matemática / Proposições. Valores lógicos. Operações e propriedades. Negação. Sentenças abertas e quantificadores*

Fonte: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO / EBSERH - HUGG / 2017 / IBFC

**Q19.**

Assinale a alternativa incorreta com relação aos conectivos lógicos:

- A) Se os valores lógicos de duas proposições forem falsos, então a conjunção entre elas têm valor lógico falso
- B) Se os valores lógicos de duas proposições forem falsos, então a disjunção entre elas têm valor lógico falso
- C) Se os valores lógicos de duas proposições forem falsos, então o condicional entre elas têm valor lógico verdadeiro
- D) Se os valores lógicos de duas proposições forem falsos, então o bicondicional entre elas têm valor lógico falso
- E) Se os valores lógicos de duas proposições forem falsos, então o bicondicional entre elas têm valor lógico verdadeiro

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

*Matemática/Raciocínio Lógico / Conjuntos numéricos / Números Naturais, Inteiros, Racionais, Reais e Complexos (forma algébrica e forma trigonométrica). Operações, propriedades e aplicações*

Fonte: AUXILIAR DE NECRÓPSIA E AUXILIAR DE PERÍCIA / Polícia Científica/ PR / 2017 / IBFC

**Q20.**

No dia anterior ao pagamento do seu salário, a conta corrente de Teodoro apresentava o saldo negativo de R\$ 2.800,00. Com o salário creditado em sua conta,

o saldo passou a ser positivo e ficou em R\$ 450,00.  
Assinale a alternativa que indica o salário que Teodoro recebeu.

- A) R\$ 3.250,00
- B) R\$ 3.350,00
- C) R\$ 2.350,00
- D) R\$ 2.950,00
- E) R\$ 1.900,00

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Matemática/Raciocínio Lógico / Conjuntos numéricos / Sequências numéricas, progressão aritmética e progressão geométrica**

**Fonte: PERITO CRIMINAL - ÁREA 8 / Polícia Científica/ PR / 2017 / IBFC**

**Q21.**

Em uma P.G (progressão geométrica), o primeiro é igual a 5 e a razão é  $q=2$ , determine seu último termo e indique a alternativa correta.

- A) 1280
- B) 528
- C) 256
- D) 10240
- E) 10250

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Matemática/Raciocínio Lógico / Álgebra; Funções: generalidades. Funções elementares: 1º grau, 2º grau, modular, exponencial e logarítmica, gráficos. Propriedades**

**Fonte: PERITO CRIMINAL - ÁREA 8 / Polícia Científica/ PR / 2017 / IBFC**

**Q22.**

Numa proporção, sabe-se que  $x$  está para 5 assim como  $y$  está para 3 e que  $x + y = 32$ . Nessas condições, o valor que representa o triplo de  $x$  é:

- A) 9
- B) 12
- C) 60
- D) 36
- E) 15

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Matemática/Raciocínio Lógico / Sistemas lineares, Matrizes e Determinantes: Propriedades, aplicações**

**Fonte: PERITO CRIMINAL - ÁREA 8 / Polícia Científica/ PR / 2017 / IBFC**

**Q23.**

Dadas a matriz

$$A = \begin{bmatrix} 2 & 3 & 0 \\ 0 & 1 & -1 \end{bmatrix}$$

e a matriz

$$B = \begin{bmatrix} 3 & 1 & 1 \\ 1 & -1 & 2 \end{bmatrix}$$

, assinale a alternativa que apresenta a matriz C que representa a soma da matriz A e B, ou seja,  $C = A + B$ :

• A)  $C = \begin{bmatrix} 2 & 3 & 0 \\ 0 & 1 & -1 \end{bmatrix}$

• B)  $C = \begin{bmatrix} 3 & 1 & 1 \\ 1 & -1 & 2 \end{bmatrix}$

• C)  $C = \begin{bmatrix} 2 & 3 & 0 \\ 1 & 1 & -1 \end{bmatrix}$

• D)  $C = \begin{bmatrix} 3 & 1 & 1 \\ 1 & 3 & 2 \end{bmatrix}$

• E)  $C = \begin{bmatrix} 5 & 4 & 1 \\ 1 & 0 & 1 \end{bmatrix}$

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Matemática/Raciocínio Lógico / Análise Combinatória / Arranjos, Permutações e Combinações simples, Binômio de Newton e Probabilidade em espaços amostrais finitos**

Fonte: PERITO CRIMINAL - ÁREA 8 / Polícia Científica/ PR / 2017 / IBFC

**Q24.**

A probabilidade de se sortear um número múltiplo de 5 de uma urna que contém 40 bolas numeradas de 1 a 40, é:

- A) 0,2
- B) 0,4
- C) 0,6
- D) 0,7
- E) 0,8

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Matemática/Raciocínio Lógico / Geometria e Medidas / Geometria plana; Geometria espacial; Geometria analítica no plano; Trigonometria**

Fonte: PERITO CRIMINAL - ÁREA 8 / Polícia Científica/ PR / 2017 / IBFC

**Q25.**

A medida da altura relativa à hipotenusa de um triângulo retângulo de catetos 6 cm e 8 cm é igual a:

- A) 2
- B) 4
- C) 4,8
- D) 6
- E) 10

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Matemática/Raciocínio Lógico / Proporcionalidade e Finanças / Grandezas proporcionais: Porcentagem**

**Q26.**

Um professor que leciona aulas particulares de Matemática, montou a seguinte tabela referente ao valor a ser pago por cada estudante por 8 horas de aula.

Número de alunos	15	20	25
Valor por aluno	R\$ 80,00	R\$ 60,00	R\$48,00

Um pequeno grupo composto somente de 6 alunos queria exclusividade para eles, não importando o quanto pagariam pelas 8 horas de aula com o professor. Assinale a alternativa que apresenta o preço que cada um dos 6 alunos vai desembolsar.

- A) R\$ 200,00
- B) R\$ 215,00
- C) R\$ 150,00
- D) R\$ 100,00
- E) R\$ 90,00

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Matemática/Raciocínio Lógico / Proporcionalidade e Finanças / Acréscimos e descontos; Juros: Capitalização simples e Capitalização composta**

Fonte: PERITO CRIMINAL - ÁREA 7 / Polícia Científica/ PR / 2017 / IBFC

**Q27.**

Assinale a alternativa correta. Uma empresa recebeu um empréstimo bancário de R\$ 120.000,00 por 1 ano, pagando o montante de R\$ 180.000,00. A taxa anual de juros desse empréstimo foi de:

- A) 0,5% ao ano
- B) 5 % ao ano
- C) 5,55 % ao ano
- D) 150% ao ano
- E) 50% ao ano

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Matemática/Raciocínio Lógico / Tratamento da Informação / Noções de Estatística: Estatística descritiva, resolução de problemas, tabelas, medidas de tendência central e medidas de dispersão. Gráficos estatísticos usuais**

Fonte: TÉCNICO DA RECEITA ESTADUAL - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO / SEFAZ - SEGEP/MA / 2016 / FCC

**Q28.**

Três funcionários do Serviço de Atendimento ao Cliente de uma loja foram avaliados pelos clientes que atribuíram uma nota (1; 2; 3; 4; 5) para o atendimento recebido. A tabela mostra as notas recebidas por esses funcionários em um determinado dia.

Funcionário	Número de Cada Nota Recebida pelos Funcionários					Total de Atendimentos no Dia
	1	2	3	4	5	
A	2	7	2	9	10	30
B	6	6	9	14	5	40
C	0	5	10	6	4	25

Considerando a avaliação média individual de cada funcionário nesse dia, a diferença entre as médias mais próximas é igual a

- A) 0,32.
- B) 0,21.
- C) 0,35.
- D) 0,18.
- E) 0,24.

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

***Ciências Humanas / Domínio na construção e na aplicação de conceitos das diversas áreas de conhecimento para compreender os processos histórico e geográfico internacional, nacional e regional diante da problemática mundial***

**Fonte: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II E MÉDIO - GEOGRAFIA / Pref. São Paulo/SP / 2012 / FCC**

**Q29.**

Discutindo a construção da noção de espaço, Castrogiovanni discorre sobre as relações espaciais. É dele as seguintes ideias:

São representadas pelas relações que têm como base a noção de distância e permitem situar os objetos uns em relação aos outros, considerando um sistema fixo de referência.

O autor refere-se às relações

- A) de reversibilidade.
- B) Topológicas.
- C) Projetivas.
- D) de vizinhança.
- E) Euclidianas.

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

***Ciências Humanas / Compreensão da organização do espaço geográfico onde a natureza e a sociedade interagem e identificam-se, através das relações entre seres humanos e meio ambiente***

**Fonte: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II E MÉDIO - GEOGRAFIA / Pref. São Paulo/SP / 2012 / FCC**

**Q30.**

Tema sempre presente quando se discute o meio ambiente e os destinos da humanidade, o desenvolvimento sustentável

- A) reafirma a capacidade de pressão das comunidades pobres frente aos desequilíbrios ambientais.
- B) deve ser definido como a harmonização da relação entre o homem e a natureza a ser preservada.
- C) integra o vasto leque de utopias que tem servido para conduzir as discussões ecológicas.
- D) é parte dos extensos conteúdos que estão sendo discutidos pelas ONGs ecologistas.
- E) representa um mecanismo de regulação do uso do território e como tal é um instrumento político.

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

***Ciências Humanas / Tendências do mundo atual***

**Fonte: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II E MÉDIO - GEOGRAFIA / Pref. São Paulo/SP / 2012 / FCC**

**Q31.**

A China ocupa uma posição cada vez mais importante no comércio mundial. Esse país construiu seu desenvolvimento

- A) fixando-se na Divisão Internacional do Trabalho constituída em meados do século XX.
- B) baseando-se em políticas destinadas a produzir bens para a exportação.
- C) mantendo-se atrelado às políticas protecionistas de substituição das importações.
- D) impondo sua independência em relação à Organização Mundial do Comércio.
- E) insistindo em sua política demográfica de rígido controle de natalidade.

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

***Noções de Direito Constitucional / Dos princípios fundamentais***

**Q32.**

Dentre as alternativas abaixo assinale aquela que não condiz com um dos princípios constitucionais da Administração Pública.

- A) Legalidade.
- B) Pessoalidade.
- C) Moralidade.
- D) Publicidade.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Constitucional / Dos direitos e garantias fundamentais / Dos direitos e deveres individuais e coletivos**

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 24ª / 2017 / FCC

**Q33.**

Silmara, brasileira naturalizada, verificou a Constituição Federal brasileira a respeito de possível extradição de brasileiro naturalizado. Assim, constatou que, dentre os direitos e deveres individuais e coletivos, está previsto que

- A) nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes ou depois da naturalização, ou de comprovado envolvimento em milícia armada e grupos guerrilheiros.
- B) a extradição de qualquer brasileiro, seja ele naturalizado ou não, consta em diversas hipóteses taxativas do artigo 5º da Carta Magna.
- C) a extradição de qualquer brasileiro, seja ele naturalizado ou não, somente poderá ocorrer em caso de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- D) nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
- E) a extradição de qualquer brasileiro, seja ele naturalizado ou não, somente poderá ocorrer em caso de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, envolvimento em milícia armada e grupos guerrilheiros e prática de ato de terrorismo.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Constitucional / Dos direitos e garantias fundamentais / Da nacionalidade**

Fonte: AUXILIAR DE NECRÓPSIA E AUXILIAR DE PERÍCIA / Polícia Científica/ PR / 2017 / IBFC

**Q34.**

Considerando as normas da Constituição Federal, assinale a alternativa correta sobre os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que eles não estejam a serviço de seu país.

- A) São brasileiros naturalizados
- B) São estrangeiros
- C) São estrangeiros naturalizados
- D) São estrangeiros natos
- E) São brasileiros natos

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Constitucional / Dos direitos e garantias fundamentais / Dos direitos políticos**

Fonte: PERITO CRIMINAL - ÁREA 1 / Polícia Científica/ PR / 2017 / IBFC

**Q35.**

Considere as regras básicas aplicáveis no Direito Administrativo para assinalar a alternativa correta sobre a associação sindical.



- A) É direito de livre exercício garantido a qualquer servidor público civil
- B) É direito vedado a qualquer servidor público civil
- C) É direito de livre exercício garantido apenas ao servidor público civil da administração indireta
- D) É direito vedado a qualquer servidor público civil da administração indireta
- E) É direito vedado a qualquer servidor público civil da administração indireta com menos de 10 anos de serviço

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Constitucional / Da organização do Estado / Da organização político-administrativa**

**Fonte: ANALISTA TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO / TCE/AM / 2012 / FCC**

**Q36.**

O artigo 18 da Constituição Federal determina que a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos nos termos da Constituição. É correto extrair dessa norma constitucional, entre outras conclusões, que

- A) não poderão ser criados novos Estados-membros além dos já previstos na Constituição Federal.
- B) aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios foi assegurado o exercício das competências legislativas e administrativas atribuídas à União.
- C) os Municípios estão sujeitos às normas da Constituição Federal, mas não às da Constituição do seu respectivo Estado.
- D) a criação de territórios federais é vedada.
- E) os territórios federais não são dotados de autonomia política.

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Constitucional / Da organização do Estado / Da União**

**Fonte: ANALISTA MINISTERIAL - JURÍDICO / MPE/PE / 2012 / FCC**

**Q37.**

De acordo com o artigo 20, inciso V, da Constituição Federal, os recursos naturais da zona econômica exclusiva são bens

- A) do Município de Salvador – BA.
- B) do Estado de Pernambuco.
- C) do Estado de Roraima.
- D) da União.
- E) do Município de Recife – PE.

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Constitucional / Da organização do Estado / Dos Estados federados; Do Distrito Federal e dos Territórios**

**Fonte: ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO - TÉCNICO DO TESOURO MUNICIPAL / Pref. Teresina/PI / 2016 / FCC**

**Q38.**

Considere, por hipótese, a incorporação dos Estados do Piauí e do Maranhão para formarem um novo Estado, o Piauíão. Para que isso viesse a ocorrer validamente seria necessário que houvesse

- A) aprovação das Assembleias Legislativas do Piauí e do Maranhão por ato conjunto e do Congresso Nacional por Lei Complementar.
- B) aprovação da população brasileira através de plebiscito e do Congresso Nacional por Emenda à Constituição Federal.
- C) aprovação da população diretamente interessada dos dois Estados através de plebiscito e do Congresso Nacional, por meio de Lei Complementar.
- D) aprovação exclusiva do Congresso Nacional por Lei Complementar.
- E) Emenda à Constituição Federal, que não prevê esta hipótese.

**Noções de Direito Constitucional / Da administração pública / Disposições gerais**

**Fonte: ASSISTENTE Técnico ADMINISTRATIVO - Técnico DO TESOIRO MUNICIPAL / Pref. Teresina/PI / 2016 / FCC**

**Q39.**

São vários os princípios constitucionais aplicáveis à Administração pública, mas são apenas cinco os que estão expressos e são específicos em relação ao tema. São eles:

- A) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- B) legalidade, independência, moralidade, probidade e eficiência.
- C) discricionariedade, publicidade, igualdade, efetividade e independência.
- D) discricionariedade, igualdade, probidade, independência e efetividade.
- E) legalidade, igualdade, moralidade, probidade e efetividade.

**Noções de Direito Constitucional / Da administração pública / Dos servidores públicos**

**Fonte: Técnico JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 11ª / 2017 / FCC**

**Q40.**

Sérgio é servidor público da Administração direta e candidatar-se-á, nas próximas eleições municipais, para o cargo de Prefeito.

Investido no mandato de Prefeito, Sérgio

- A) será afastado do seu cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração, e seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
- B) perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, havendo compatibilidade de horários, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo e, não havendo compatibilidade, não poderá perceber sua remuneração.
- C) não será afastado do seu cargo, emprego ou função, mas não receberá sua remuneração, sendo que seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
- D) será afastado do seu cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração, e seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
- E) será afastado do seu cargo, emprego ou função, sendo-lhe vedado optar pela sua remuneração, e seu tempo de serviço não será contado durante o período do afastamento para nenhum efeito.

**Noções de Direito Constitucional / Da administração pública / Dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios**

**Fonte: ANALISTA LEGISLATIVO - TAQUÍGRAFO LEGISLATIVO / Câmara dos Deputados / 2012 / CESPE**

**Q41.**

No que se refere aos princípios, direitos e garantias fundamentais previstos constitucionalmente, julgue os itens que se seguem.

O militar com quinze anos de serviço que pretenda candidatar-se ao cargo de deputado estadual deve ser agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da posse, para a inatividade.

- CERTO
- ERRADO

**Noções de Direito Constitucional / Do poder Legislativo / Do Congresso Nacional**

**Fonte: ANALISTA ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO / EBSERH/HUAP-UFF / 2016 / IBFC**

**Q42.**

O Tribunal de Contas da União auxilia o Congresso Nacional no exercício do controle externo e para tanto tem algumas competências. Assinale abaixo a alternativa que não condiz com uma dessas competências.

- A) Fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais
- B) Prestar informações ao Congresso Nacional sobre fiscalizações realizadas
- C) Apreciar as contas anuais do presidente da República
- D) Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos
- E) Definir aumento de impostos para suprir gastos públicos

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Constitucional / Do poder Legislativo / Da Câmara dos Deputados**

**Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - EXECUÇÃO DE MANDADOS / TRF 2ª / 2012 / FCC**

**Q43.**

Raimundo, Presidente da República, está sendo acusado pela prática de homicídio doloso em face de sua exesposa Bárbara. Admitida a acusação contra o Raimundo, por

- A) dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- B) dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Congresso Nacional.
- C) um terço da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- D) dois terços do Senado Federal, será ele submetido a julgamento perante o Congresso Nacional.
- E) um terço do Senado Federal, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Constitucional / Do poder Legislativo / Do Senado Federal**

**Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO ÁREA ADMINISTRATIVA / TRF 5ª / 2012 / FCC**

**Q44.**

Considere:

- I. Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República.
- II. Presidente e diretores do Banco Central.
- III. Procurador-Geral da República.
- IV. Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente.

De acordo com a Constituição Federal brasileira, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha, dentre outros, dos indicados APENAS em

- A) I, III e IV.
- B) II e IV.
- C) III e IV.
- D) I e III.
- E) I, II e III.

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Constitucional / Do Poder Executivo / Do Presidente e do Vice-Presidente da República**

**Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 24ª / 2017 / FCC**

**Q45.**

Considere a seguinte situação hipotética: o Presidente da República praticou ato que configura infração penal comum. Neste caso, de acordo com a Constituição Federal, admitida a acusação contra o Presidente da República, por 2/3

- A) da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal.
- B) da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- C) do Senado Federal, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- D) do Superior Tribunal de Justiça, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- E) do Supremo Tribunal Federal, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Constitucional / Do Poder Executivo / Do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional**

**Fonte: ANALISTA MINISTERIAL - DIREITO / MPE/AP / 2012 / FCC**

**Q46.**

Participam do Conselho da República seis cidadãos brasileiros natos, com mais de 35 anos de idade. Com relação à nomeação destes seis cidadãos, serão eleitos pelo Senado Federal

- A) apenas dois.
- B) apenas três.
- C) apenas quatro.
- D) todos.
- E) apenas um.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Constitucional / Do Poder Judiciário / Disposições gerais**

**Fonte: ANALISTA ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO / EBSEH/HUAP-UFF / 2016 / IBFC**

**Q47.**

A constituição da República, ao regulamentar o controle dos gastos públicos, estabeleceu dois tipos de controle: o externo e o interno. Por controle externo entende-se aquele exercido pelos órgãos relacionados abaixo, exceto o que está na alternativa:

- A) Poder legislativo
- B) Tribunal de Contas da União
- C) Tribunal de Contas do Estado
- D) Tribunal de Contas do Município
- E) Poder judiciário

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Constitucional / Das funções essenciais à Justiça / Do Ministério Público**

**Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 20ª / 2016 / FCC**

**Q48.**

A Constituição Federal veda ao membro do Ministério Público exercer

- A) qualquer outra função pública, ainda quando estiver em disponibilidade, com exceção de exercer uma função de magistério.
- B) qualquer outra função pública, ainda quando estiver em disponibilidade, sem qualquer exceção.
- C) qualquer outra função pública, com exceção de exercer a função de defensor público quando estiver em disponibilidade.
- D) algumas funções públicas predeterminadas taxativamente no texto constitucional.
- E) qualquer outra função pública, exceto quando estiver em disponibilidade, sem qualquer exceção.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Q49.**

No tocante ao Estado de Defesa considere:

- I. Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de quarenta e oito horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta.
- II. O tempo de duração do estado de defesa não será superior a noventa dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.
- III. Na vigência do estado de defesa a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada imediatamente ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal, facultado ao preso requerer exame de corpo de delito à autoridade policial.
- IV. Na vigência do estado de defesa a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário, sendo vedada a incomunicabilidade do preso.

Está correto o que se afirma APENAS em

- A) I e II.
- B) II e IV.
- C) II e III.
- D) I e IV.
- E) III e IV.

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Constitucional / Da defesa do Estado e das instituições democráticas / Das Forças Armadas**

**Q50.**

Por força de previsão expressa na Lei Federal nº 8.239, de 1991, será atribuído serviço alternativo ao serviço militar obrigatório aos que, em tempo de paz, após alistados, alegarem imperativo de consciência decorrente de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, para se eximirem de atividades de caráter essencialmente militar. O mesmo diploma legal define, ademais, o que se entende por serviço alternativo, a ser prestado em substituição às atividades de caráter essencialmente militar.

As previsões legais em questão são

- A) compatíveis com a Constituição da República, que admite, nessas condições, a possibilidade de exercício de objeção de consciência em relação a atividades de caráter essencialmente militar.
- B) compatíveis com a Constituição da República apenas no que se refere à possibilidade de exercício de objeção de consciência por motivo de convicção filosófica ou política.
- C) incompatíveis com a Constituição da República, que não prevê a possibilidade de atribuição de serviço alternativo na hipótese em tela, estabelecendo a suspensão de direitos políticos como consequência à recusa ao cumprimento de serviço militar.
- D) incompatíveis com a Constituição da República, que admite o exercício de objeção de consciência para recusa a obrigação imposta por lei a todos, mas não a admite em relação ao serviço militar obrigatório, por ser este previsto em sede constitucional.
- E) incompatíveis com a Constituição da República, que não admite a possibilidade de recusa ao cumprimento de obrigação legal a todos imposta.

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Constitucional / Da defesa do Estado e das instituições democráticas / Da segurança pública**

**Q51.**

A Constituição Federal estabelece que as guardas municipais

- A) são órgãos estaduais, instituídos pelas Constituições dos Estados, destinados à proteção dos bens, serviços e instalações municipais.
- B) poderão ser constituídas pelos Municípios para, entre outros fins, exercer, em colaboração com a Polícia Militar, a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.
- C) são, juntamente com as polícias e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército.

- D) poderão ser constituídas pelos Municípios para, entre outros fins, exercer a proteção de seus bens e dos bens dos municípios.
- E) poderão ser constituídas pelos Municípios para, entre outros fins, exercer a proteção de seus serviços, conforme dispuser a lei.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

**Noções de Direito Constitucional / Constituição do Estado da Bahia**

**Fonte: SOLDADO / Polícia Militar/BA / 2012 / FCC**

**Q52.**

No tocante à Segurança Pública, considere as seguintes assertivas de acordo com a Constituição do Estado da Bahia:

- I . Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, na forma da lei,
- II . O cargo de delegado, para o qual é exigida escolaridade em nível superior, será estruturado em carreira, dependendo a investidura de concurso de provas, com a participação facultativa do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil.
- III . À Polícia Militar compete, entre outras funções, a garantia ao exercício do poder de polícia dos órgãos públicos, especialmente os da área fazendária, sanitária, de proteção ambiental, de uso e ocupação do solo e do patrimônio cultural.
- IV . A Polícia Militar, força auxiliar e reserva do Exército, será comandada por oficial da ativa da corporação, do último posto do quadro de oficiais policiais militares, nomeado pelo governador.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- A) I , II e III.
- B) II . III e IV.
- C) I e III.
- D) I e IV.
- E) I , III e IV .

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

**Noções de Direitos Humanos / A Declaração Universal dos Direitos Humanos/1948**

**Fonte: AUXILIAR ADMINISTRATIVO / FHEMIG / 2013 / FCC**

**Q53.**

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948,

- A) propõe o tratamento ecologicamente correto do meio ambiente.
- B) cerceia a liberdade de pensamento, consciência e religião.
- C) trata dos direitos de igualdade e liberdade.
- D) desobriga o Estado de proporcionar instrução elementar gratuita a todos.
- E) foi proclamada pela Organização dos Estados Americanos (OEA).

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

**Noções de Direitos Humanos / Convenção Americana sobre Direitos Humanos/1969 (Pacto de São José da Costa Rica) (arts. 1º ao 32)**

**Fonte: SOLDADO / Polícia Militar/BA / 2012 / FCC**

**Q54.**

De acordo com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos/1969 (Pacto de São José da Costa Rica), quanto ao direito à vida, é correto afirmar que

- A) não se pode restabelecer a pena de morte nos Estados que a hajam abolido.
- B) a pena de morte pode ser aplicada a delitos comuns conexos com delitos políticos.
- C) a pena de morte, nos países que não a tenham abolido, poderá ser estendida a delitos aos quais essa pena atualmente não se aplica.
- D) o pedido de anistia ou comutação de pena não impede a execução da pena de morte, se houver demora no julgamento por parte da autoridade competente.
- E) a pena de morte só pode ser aplicada a delitos políticos.

**Noções de Direitos Humanos / Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (arts. 1º ao 15)**

**Fonte: SOLDADO / Polícia Militar/BA / 2012 / FCC**

**Q55.**

O direito à autodeterminação, de acordo com o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, consiste no direito que

- A) todos os povos têm de determinar livremente seu estatuto político, assegurando livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural.
- B) toda pessoa tem de desfrutar de um nível de vida adequado para si próprio e para sua família, inclusive quanto à alimentação, vestimenta e moradia.
- C) toda pessoa tem de ganhar a vida mediante um trabalho livremente escolhido ou aceito.
- D) toda pessoa tem de gozar de condições de trabalho justas e favoráveis, sem qualquer distinção por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de qualquer outra natureza.
- E) toda família tem, como núcleo natural e fundamental da sociedade, de receber do Estado a mais ampla proteção e assistência.

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direitos Humanos / Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos/1966 (arts. 2º ao 27)**

**Fonte: SOLDADO / Polícia Militar/BA / 2012 / FCC**

**Q56.**

De acordo com o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos/1966, dentre as garantias a que toda pessoa que seja acusada de um delito tem, NÃO se inclui a de

- A) não ser obrigada a depor contra si mesma, nem a confessar-se culpada.
- B) ser informada, sem demora, numa língua que compreenda e de forma minuciosa, da natureza e dos motivos da acusação contra ela formulada.
- C) ser mantida presa enquanto não cumprir a obrigação contratual que ocasionou a sua prisão.
- D) ser assistida gratuitamente por um intérprete, caso não compreenda ou não fale a língua empregada durante o julgamento.
- E) interrogar ou fazer interrogar as testemunhas da acusação e a de obter o comparecimento e o interrogatório das testemunhas de defesa nas mesmas condições de que dispõe a de acusação.

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direitos Humanos / Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (Decreto nº 65.810/69)**

**Fonte: DEFENSOR PÚBLICO / DPE/MA / 2009 / FCC**

**Q57.**

À luz da Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial, as ações afirmativas são

- A) proibidas, porque constituem uma forma de discriminação direta positiva, nos termos da Convenção.
- B) permitidas, cabendo aos Estados-partes adotá-las para fomentar a promoção da igualdade étnico-racial.
- C) obrigatórias, devendo os Estados-partes adotá-las no prazo de até cinco anos a contar da data da ratificação da Convenção.
- D) proibidas, porque constituem uma forma de discriminação indireta negativa, nos termos da Convenção.
- E) obrigatórias, devendo os Estados-partes adotá-las no prazo de até dois anos a contar da data da ratificação da Convenção.

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direitos Humanos / Convenção Sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (Decreto nº 4.377/02)**

**Fonte: DEFENSOR PÚBLICO / DPE/DF / 2013 / CESPE**

**Q58.**

Julgue os itens seguintes, relacionados à Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e à responsabilidade internacional do Estado.

Os atos de órgãos do Estado contrários ao direito internacional implicam responsabilidade internacional, mesmo se forem baseados no seu direito interno.

- CERTO
- ERRADO

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Administrativo / Poderes administrativos / Poder vinculado; poder discricionário**

**Fonte: ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL - SUPORTE TÉCNICO - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO / MPE/RN / 2012 / FCC**

**Q59.**

No poder vinculado, deixando o administrador público de atender a qualquer dado expresso na lei, o ato administrativo praticado é

- A) absolutamente válido, dada a liberdade e autonomia do Poder Executivo.
- B) nulo apenas se não observado o requisito da competência.
- C) nulo apenas se não observado o requisito da finalidade.
- D) nulo apenas se não observados os requisitos da competência, finalidade e forma.
- E) sempre nulo.

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Administrativo / Poderes administrativos / Poder hierárquico**

**Fonte: ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL - ADMINISTRATIVO / MPE/RN / 2012 / FCC**

**Q60.**

O chefe de uma determinada repartição pública fiscaliza permanentemente os atos praticados pelos seus agentes subordinados, com o intuito de mantê-los dentro dos padrões legais. Trata-se de típico exemplo de poder

- A) disciplinar.
- B) normativo.
- C) hierárquico.
- D) de polícia.
- E) regulamentar.

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Administrativo / Poderes administrativos / Poder disciplinar**

**Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRE/SP / 2017 / FCC**

**Q61.**

Os servidores públicos estão sujeitos à hierarquia no exercício de suas atividades funcionais. Considerando esse aspecto,

- A) o poder disciplinar a que estão sujeitos é decorrente dessa hierarquia, visto que guarda relação com o vínculo funcional existente e observa a estrutura organizacional da Administração pública para identificação da autoridade competente para apuração e punição por infrações disciplinares.
- B) submetem-se ao poder de tutela da Administração, que projeta efeitos internos, sobre órgãos e servidores, e externos, atingindo relações jurídicas contratuais travadas com terceiros.
- C) conclui-se que o poder hierárquico é premissa para o poder disciplinar, ou seja, este somente tem lugar onde se identificam relações jurídicas hierarquizadas, funcional ou contratualmente, neste caso, em relação à prestação de serviços terceirizados.
- D) o poder hierárquico autoriza a edição de atos normativos de caráter autônomo, com força de lei, no que se refere à disciplina jurídica dos direitos e deveres dos servidores públicos.
- E) somente o poder hierárquico e o poder disciplinar produzem efeitos internos na Administração pública, tendo em vista que o poder de polícia e o poder regulamentar visam à produção de efeitos na esfera jurídica de direito privado, não podendo atingir a atuação de servidores públicos.

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Administrativo / Poderes administrativos / Poder regulamentar**

**Fonte: AUXILIAR ADMINISTRATIVO / FHEMIG / 2013 / FCC**



**Q62.**

Um dos poderes da Administração é o poder regulamentar, que corresponde ao poder de

- A) organizar as atividades administrativas, mediante a edição de regulamentos e portarias.
- B) aplicar sanções administrativas a seus subordinados.
- C) instituir limitações às atividades de particulares, para atendimento ao interesse público.
- D) editar normas complementares à lei, para a sua fiel execução.
- E) controlar a atividade de órgãos inferiores, delegando e avocando atribuições.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Administrativo / Poderes administrativos / Poder de polícia**

**Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRE/SP / 2017 / FCC**

**Q63.**

Dentre as diversas atividades realizadas pelo Estado, no desempenho de suas funções executivas, representam expressão de seu poder de polícia:

- A) a regulação ou poder regulamentar, que visam conformar, de forma restritiva ou indutiva, as atividades econômicas aos interesses da coletividade, podendo abranger medidas normativas, administrativas, materiais, preventivas e fiscalizatórias e sancionatórias.
- B) as medidas disciplinares e hierárquicas adotadas para conformação da atuação dos servidores públicos e dos contratados pela Administração às normas e posturas por essa impostas.
- C) a fiscalização e atuação de condutores exercidas pelas autarquias que desempenham serviços públicos rodoviários.
- D) a autotutela exercida pela Administração pública sobre seus próprios atos, que inclui a possibilidade de revisão e anulação dos mesmos.
- E) a imposição de multas contratuais a empresas estatais exploradoras de atividades econômicas ou prestadoras de serviços públicos, que também exercem poder de polícia ao impor multas a usuários dos serviços e atividades que prestam.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Administrativo / Poderes administrativos / Uso e abuso do poder**

**Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRE/PR / 2012 / FCC**

**Q64.**

Quando o agente público atua fora dos limites de sua competência ele comete:

- A) desvio de poder.
- B) omissão.
- C) improbidade administrativa.
- D) excesso de poder.
- E) prevaricação.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Administrativo / Atos administrativos / Conceito; Atributos; Requisitos**

**Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 24ª / 2017 / FCC**

**Q65.**

Considere:

I. O atributo da presunção de legitimidade dos atos administrativos depende de lei expressa.

II. A imperatividade significa que os atos administrativos são cogentes, obrigando a todos quantos se encontrem em seu círculo de incidência, ainda que o objetivo por ele alcançado contrarie interesses privados.

III. Em alguns atos administrativos, como as permissões e autorizações, está ausente o cunho coercitivo.

IV. A presunção de legitimidade dos atos administrativos é juris et de jure, ou seja, presunção relativa.

No que concerne aos atributos dos atos administrativos, está correto o que se afirma APENAS em

- A) I, II e IV.
- B) III e IV.
- C) II e III.
- D) I e III.
- E) II.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Administrativo / Atos administrativos / Classificação**

**Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 11ª / 2017 / FCC**

**Q66.**

Rodrigo é servidor público federal e chefe de determinada repartição pública. Rodrigo indeferiu as férias pleiteadas por um de seus subordinados, o servidor José, alegando escassez de pessoal na repartição. No entanto, José comprovou, que há excesso de servidores na repartição pública. No caso narrado,

- A) há vício de motivo no ato administrativo.
- B) o ato deve, obrigatoriamente, permanecer no mundo jurídico, vez que sequer exigia fundamentação.
- C) inexistente vício no ato administrativo, no entanto, o ato comporta revogação.
- D) o ato praticado por Rodrigo encontra-se viciado, no entanto, não admite anulação, haja vista a discricionariedade administrativa na hipótese.
- E) o objeto do ato administrativo encontra-se viciado.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Administrativo / Atos administrativos / Extinção**

**Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 24ª / 2017 / FCC**

**Q67.**

Manoel, servidor público e chefe de determinada repartição, emitiu certidão de dados funcionais a seu subordinado, o servidor Pedro. Passados alguns dias da prática do ato administrativo, Manoel decide revogá-lo por razões de conveniência e oportunidade. Cumpre salientar que o mencionado ato não continha vício de ilegalidade. A propósito dos fatos narrados, a revogação está

- A) incorreta, pois somente caberia tal instituto se feito pela autoridade máxima do órgão ou entidade a que pertence Manoel.
- B) incorreta, pois somente caberia tal instituto se houvesse a concordância do servidor Pedro.
- C) correta.
- D) incorreta, porque o instituto adequado ao caso é a anulação.
- E) incorreta, porque certidão é ato administrativo que não comporta tal instituto.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Administrativo / Organização administrativa / Órgãos públicos / Conceito e classificação**

**Fonte: TÉCNICO ADMINISTRATIVO / SES-PR / 2016 / IBFC**

**Q68.**

A Administração Pública Centralizada ou Direta existe em todos os níveis das Esferas do Governo. É em si a própria Administração Pública. Na Administração Pública Direta a atividade administrativa é exercida pelo próprio governo que atua diretamente por meio

de seus órgãos, isto é, das unidades que são simples repartições interiores de sua pessoa e que por isso dele não se distinguem. Sobre esse assunto assinale a alternativa incorreta.

- A) Estes órgãos são despersonalizados, ou seja, não possuem personalidade jurídica própria.
- B) Estes órgãos não são capazes de contrair direitos e obrigações por si próprios.
- C) Os órgãos atuam nos quadros vinculados a cada uma das esferas do governo.
- D) Na Administração Pública Direta o Estado é somente o titular do serviço público.

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Administrativo / Organização administrativa / Entidades administrativas / Conceito e espécies**

**Fonte: TÉCNICO ADMINISTRATIVO / SES-PR / 2016 / IBFC**

**Q69.**

Leia as afirmações abaixo e assinale a alternativa correta.

I. A Administração Pública Indireta ou Descentralizada é a atuação estatal de forma indireta na prestação dos serviços públicos que se dá por meio de outras pessoas jurídicas, distintas da própria entidade política.

II. Na descentralização dos poderes não há vínculo hierárquico entre a Administração Central e as Entidades que recebem a titularidade e a execução destes poderes, portanto as entidades são subordinadas ao Estado.

- A) Somente a afirmação I está correta.
- B) Somente a afirmação II está correta.
- C) Nenhuma das afirmações está correta.
- D) Todas as afirmações estão corretas.

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Administrativo / Agentes públicos / Classificação**

**Fonte: TÉCNICO ADMINISTRATIVO / SES-PR / 2016 / IBFC**

**Q70.**

Os Agentes Públicos se subdividem nos itens relacionados abaixo, exceto o que está na alternativa:

- A) Políticos.
- B) Honoríficos.
- C) Credenciados.
- D) Federados.

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Administrativo / Contratos Administrativos e Licitações / Lei Estadual n.º 9.433/05**

**Fonte: PROCURADOR / TCE/BA / 2010 / CESPE**

**Q71.**

A respeito de licitação e bens públicos, julgue os itens que se seguem.

Pela Lei de Licitações do Estado da Bahia — Lei n.º 9.433/2005 —, a existência de preços registrados por meio do sistema de registro de preços obriga a administração pública, inclusive o TCE/BA, a firmar as contratações que deles poderão advir.

- CERTO
- ERRADO

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Administrativo / Serviço Público / Conceito, classificação**

**Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 23ª / 2016 / FCC**

**Q72.**

Considere:

I. Independente de a pessoa satisfazer as condições legais, ela faz jus à prestação do serviço público, não podendo haver distinção de caráter pessoal.

II. Um dos princípios que regem os serviços públicos denomina-se mutabilidade do regime jurídico, segundo o qual admitem-se mudanças no regime de execução do serviço para adaptá-lo ao interesse privado, que é variável no tempo.

III. O princípio da continuidade do serviço público tem aplicação especialmente com relação aos contratos administrativos e ao exercício da função pública.

No que concerne aos princípios inerentes ao regime jurídico dos serviços públicos, está correto o que consta APENAS em

- A) I.
- B) I e III.
- C) II.
- D) I e II.
- E) III.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Administrativo / Serviço Público / Regulamentação e controle**

**Fonte: ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO - INSPEÇÃO GOVERNAMENTAL / TCM/CE / 2010 / FCC**

**Q73.**

Identificada possível irregularidade na celebração de contrato de prestação de serviços por órgão da administração direta federal, prevê a Constituição da República que

- A) o Tribunal de Contas da União sustará a execução do contrato, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Poder Judiciário.
- B) a Câmara dos Deputados aplicará aos responsáveis as sanções previstas na Constituição e em lei.
- C) o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará ao Poder Executivo as medidas cabíveis.
- D) o Tribunal de Contas da União procederá à tomada de contas do Presidente da República, devendo julgá-las num prazo de 60 dias a contar de seu recebimento, independentemente de outras manifestações.
- E) a Comissão mista permanente de orçamento determinará à autoridade responsável que sane a irregularidade e, se não atendida em 5 dias, promoverá a sustação do contrato.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Administrativo / Serviço Público / Forma de prestação dos serviços públicos**

**Q74.**

De acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, a prestação de serviço público por entidade privada

- A) é vedada, salvo na hipótese de comprovada impossibilidade de prestação direta pelo poder público.
- B) é permitida, mediante prévia licitação, vedada a transferência, pelo poder público, da titularidade do serviço.
- C) é vedada, salvo se transferida, por lei específica, a titularidade do serviço.
- D) somente é permitida quando se trata de serviço público não-exclusivo.
- E) é permitida, desde que a entidade privada possa ser integralmente remunerada pela tarifa cobrada do usuário, assumindo a titularidade do serviço.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

**Noções de Direito Administrativo / Serviço Público / Delegação: concessão, permissão**

Fonte: TÉCNICO DA RECEITA ESTADUAL - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO / SEFAZ - SEGEP/MA / 2016 / FCC

**Q75.**

*Delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.*

Essa é a definição legal do regime de descentralização de serviço mediante

- A) permissão.
- B) autorização.
- C) concessão.
- D) parceria público privada.
- E) licença.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

**Noções de Direito Administrativo / Controle da Administração / Controle administrativo**

Fonte: ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO - JURÍDICA / TCE/AP / 2012 / FCC

**Q76.**

Um município do Estado do Amapá realizou certame licitatório para o fornecimento parcelado de cestas básicas ao setor da Assistência Social, sagrando-se vencedora empresa sediada no Estado de São Paulo. A competência para a fiscalização do procedimento licitatório e da execução contratual cabe ao

- A) Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- B) Tribunal de Contas do Estado do Amapá.
- C) Tribunal de Contas do Estado do Amapá quanto à licitação e Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em relação à execução contratual.
- D) Tribunal de Contas da União, uma vez que envolve mais de um Estado da Federação.
- E) Tribunal de Contas do Estado do Amapá e Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conjunto.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

**Noções de Direito Administrativo / Controle da Administração / Controle judicial**

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRT 9ª / 2013 / FCC

**Q77.**

Maria Helena requereu que lhe fosse concedida licença para construir em seu terreno. Observou a legislação municipal, contratou a execução do competente projeto e apresentou à Administração pública para aprovação. O pedido, no entanto, foi indeferido, sob o fundamento de que na mesma rua já existia uma obra em curso, o que poderia ocasionar transtornos aos demais administrados. Maria Helena, inconformada, ajuizou medida judicial para obtenção da licença, no que foi atendida. A decisão judicial,

- A) é regular manifestação do poder de controle do ato administrativo, desde que comprovado o preenchimento dos requisitos de edição do ato vinculado.
- B) excede os limites do controle judicial do ato administrativo, na medida em que interfere em juízo discricionário da Administração Pública.

- C) excede os limites do controle judicial do ato administrativo, na medida em que a atuação do Judiciário deve ficar adstrita a análise de legalidade, não podendo substituir o ato administrativo como no caso proposto.
- D) é regular manifestação do poder de controle do ato administrativo, com exceção da concessão da licença, atividade privativa da administração, que não poderia ser suprida pelo Judiciário, ainda que diante de recusa da autoridade.
- E) é regular manifestação do poder de controle do ato administrativo, tendo em vista que contemporaneamente vem sendo admitido o controle dos aspectos discricionários do ato administrativo.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Administrativo / Controle da Administração / Controle legislativo**

**Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 24ª / 2017 / FCC**

**Q78.**

Considere duas situações hipotéticas:

I. o Congresso Nacional decide apurar a legalidade de ato administrativo praticado pelo presidente de autarquia federal;

II. o Congresso Nacional anulou ato normativo do Poder Executivo que exorbitou do poder regulamentar.

No que concerne ao controle legislativo, especificamente ao controle político exercido pelo Poder Legislativo sobre a Administração pública,

- A) ambas as hipóteses estão corretas.
- B) ambas as hipóteses estão incorretas, pois extrapolam os limites do controle legislativo exercido sobre os atos da Administração pública.
- C) está correta apenas a primeira hipótese; no item II, cabe ao Congresso tão somente sustar atos normativos do Executivo que exorbitem do poder regulamentar.
- D) está correta apenas a segunda hipótese; no item I, compete exclusivamente ao Congresso Nacional fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer das Casas, os atos do Poder Executivo, não abrangendo, no entanto, a administração indireta.
- E) ambas as hipóteses estão incorretas, pois foram citadas atribuições exclusivas do Senado Federal no exercício do controle legislativo.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Administrativo / Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92)**

**Fonte: PERITO CRIMINAL - ÁREA 1 / Polícia Científica/ PR / 2017 / IBFC**

**Q79.**

Considere as regras básicas aplicáveis no Direito Administrativo para assinalar a alternativa correta sobre atos de improbidade.

- A) Constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário receber, para si ou para outrem, vantagem econômica indireta de quem tenha interesse que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público
- B) Constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado
- C) Constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea
- D) Constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, a título de comissão, de quem tenha interesse que possa ser atingido

ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público

- E) Constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário usar, em proveito próprio, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades da Administração Pública

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Administrativo / Regime jurídico do militar estadual / Estatuto dos Policiais Militares do Estado da Bahia (Lei Estadual no 7.990, de 27 de dezembro de 2001 e suas alterações, em especial as Leis n.º 11.356/09, e 11.920/10)**

**Fonte: SOLDADO / Polícia Militar/BA / 2012 / FCC**

**Q80.**

De acordo com o Estatuto dos Policiais Militares do Estado da Bahia, por conveniência da Administração, em caráter transitório e mediante aceitação voluntária, poderá ser convocado para o serviço ativo, por ato do Governador do Estado, o policial militar

- A) da reserva remunerada.
- B) da reserva não remunerada.
- C) excedente.
- D) agregado.
- E) reformado.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Administrativo / Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.888/10)**

**Fonte: SOLDADO / Polícia Militar/BA / 2012 / FCC**

**Q81.**

Para os efeitos da Lei nº 12.288, de 20/07/2010 (Estatuto da Igualdade Racial), toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica denomina-se

- A) desigualdade racial.
- B) desigualdade social.
- C) desigualdade de gênero e raça.
- D) discriminação racial.
- E) discriminação étnico-racial.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Penal / Da aplicação da lei penal / Lei penal no tempo; Lei penal no espaço**

**Fonte: PERITO CRIMINAL - ÁREA 1 / Polícia Científica/ PR / 2017 / IBFC**

**Q82.**

Considere as regras básicas aplicáveis ao Direito Penal e ao Direito Processual Penal para assinalar a alternativa correta sobre a legítima defesa.

- A) Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem
- B) Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente ou não dos meios de que dispuser, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem
- C) Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito próprio e não de outrem
- D) Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente ou não dos meios de que dispuser,

repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito próprio e não de outrem

- E) Entende-se em legítima defesa quem, usando dos meios de que dispuser, repele injusta agressão ou persegue quem a praticou, atual ou iminente, a direito próprio e não de outrem

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Penal / Do crime / Elementos**

**Fonte: TÉCNICO MINISTERIAL - ADMINISTRATIVO / MPE/PE / 2012 / FCC**

**Q83.**

O tipo do art. 320 do Código Penal (Condescendência criminosa) está assim redigido: "Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente". No que concerne ao fato típico, a expressão "por indulgência" corresponde

- A) ao resultado.
- B) à ação.
- C) ao elemento subjetivo do tipo.
- D) ao nexo de causalidade.
- E) à omissão.

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Penal / Do crime / Consumação e tentativa**

**Fonte: OFICIAL DE JUSTIÇA - JUDICIÁRIO E ADMINISTRATIVO / TJ/PE / 2012 / FCC**

**Q84.**

A respeito do crime tentado e do crime consumado, é correto afirmar que

- A) a consumação do crime de concussão ocorre com o recebimento da vantagem indevida.
- B) a interrupção da execução do delito por desistência do agente caracteriza o crime tentado.
- C) a consumação do crime de corrupção passiva ocorre com o recebimento da vantagem indevida.
- D) os atos preparatórios fazem parte da execução do delito, caracterizando o crime tentado.
- E) a ocorrência do resultado é indispensável para a caracterização do crime culposos.

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Penal / Do crime / Desistência voluntária e arrependimento eficaz; Arrependimento posterior**

**Fonte: JUIZ SUBSTITUTO / TJ/PE / 2013 / FCC**

**Q85.**

O arrependimento posterior

- A) deve ocorrer até o oferecimento da denúncia ou da queixa.
- B) constitui circunstância atenuante, a ser considerada na segunda etapa do cálculo da pena.
- C) pode reduzir a pena abaixo do mínimo previsto para o crime.
- D) não influi no cálculo da prescrição penal.
- E) prescinde de voluntariedade do agente.

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Penal / Do crime / Crime impossível; Causas de exclusão de ilicitude e culpabilidade**

**Fonte: TÉCNICO DA RECEITA ESTADUAL - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO / SEFAZ - SEGEP/MA / 2016 / FCC**

**Q86.**



NÃO há crime quando o agente pratica o fato típico descrito na lei penal

- A) mediante coação irresistível ou em estrita obediência a ordem de superior hierárquico.
- B) por culpa, dolo eventual, erro sobre os elementos do tipo e excesso justificado.
- C) somente em estado de necessidade e legítima defesa.
- D) mediante erro sobre a pessoa contra a qual o crime é praticado, em concurso de pessoas culposos e nos casos de excesso doloso.
- E) em estado de necessidade, legítima defesa, em estrito cumprimento do dever legal e no exercício regular de direito.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Penal / Contravenção**

**Fonte: PRIMEIRO-TENENTE / Polícia Militar/CE / 2014 / CESPE**

**Q87.**

Julgue os seguintes itens, à luz da Lei n.º 11.343/2006, que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), e do Decreto-Lei n.º 3.688/1941, também conhecido como Lei das Contravenções Penais.

O ato de pedir, publicamente, com habitualidade, esmolas ou auxílio de qualquer natureza, a pretexto de pobreza ou necessidade, configura contravenção conhecida como mendicância, que, caso seja exercida por ociosidade ou cupidez, será considerada contravenção penal, nos termos da Lei das Contravenções Penais.

- CERTO
- ERRADO

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Penal / Imputabilidade penal**

**Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO ÁREA JUDICIÁRIA - EXECUÇÃO DE MANDADOS / TRF 5ª / 2012 / FCC**

**Q88.**

Em matéria penal, a embriaguez incompleta, resultante de caso fortuito ou de força maior,

- A) não suprime a imputabilidade penal, mas diminui a capacidade de entendimento gerando uma causa geral de diminuição de pena.
- B) não exclui, nem diminui, a imputabilidade penal, não operando qualquer efeito na aplicação da pena.
- C) é hipótese de elisão da imputabilidade penal porque afeta a capacidade de compreensão, tornando o agente isento de pena.
- D) não exclui, nem diminui, a imputabilidade penal, servindo como circunstância agravante.
- E) embora não suprima a imputabilidade penal, é censurável, e serve como circunstância agravante.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Penal / Dos crimes contra a pessoa / Homicídio**

**Fonte: JUIZ SUBSTITUTO / TJ/PE / 2013 / FCC**

**Q89.**

Em relação aos crimes contra a vida, correto afirmar que

- A) compatível o homicídio privilegiado com a qualificadora do motivo fútil.
- B) cabível a suspensão condicional do processo no homicídio culposos, se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício.
- C) incompatível o homicídio privilegiado com a qualificadora do emprego de asfixia.
- D) o homicídio simples, em determinada situação, pode ser classificado como crime hediondo.
- E) a pena pode ser aumentada de um terço no homicídio culposos, se o crime é praticado contra pessoa menor de quatorze anos ou maior de sessenta anos.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Penal / Dos crimes contra a pessoa / Lesão corporal**

**Q90.**

Na lesão corporal culposa na direção de veículo automotor, NÃO constitui causa de aumento da pena, a ser considerada na terceira fase do cálculo, a circunstância de o agente

- A) não possuir Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação.
- B) praticá-la em faixa de pedestres ou na calçada.
- C) deixar de prestar socorro à vítima do acidente, quando possível fazê-lo sem risco pessoal.
- D) utilizar veículo em que tenham sido adulterados equipamentos ou características que afetem a sua segurança ou o seu funcionamento de acordo com os limites de velocidade prescritos nas especificações do fabricante.
- E) estar conduzindo veículo de transporte de passageiros no exercício de sua profissão ou atividade.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Penal / Dos crimes contra a pessoa / Rixa e injúria**

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA - SEGURANÇA / STJ / 2015 / CESPE

**Q91.**

A respeito dos crimes contra a pessoa e o patrimônio, julgue os itens que se seguem.

A coautoria é obrigatória no caso do crime de rixa, pois a norma incriminadora reclama como condição obrigatória do tipo a existência de, pelo menos, três pessoas, considerando irrelevante que um deles seja inimputável.

- CERTO
- ERRADO

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Penal / Dos crimes contra a liberdade pessoal / Ameaça, sequestro e cárcere privado**

Fonte: INVESTIGADOR DE POLÍCIA / Polícia Civil/BA / 2013 / CESPE

**Q92.**

Julgue os itens subsecutivos, acerca de crimes contra a pessoa.

Considere que Jonas encarcere seu filho adolescente, usuário de drogas, em um dos cômodos da casa da família, durante três dias, para evitar que ele volte a se drogar. Nesse caso, Jonas pratica o crime de cárcere privado.

- CERTO
- ERRADO

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Penal / Dos crimes contra o patrimônio / Furto**

Fonte: SOLDADO / Polícia Militar/BA / 2012 / FCC

**Q93.**

Cícero desviou energia elétrica para seu consumo, ligando os fios de entrada de sua residência na rede elétrica da rua antes do relógio medidor do consumo. Nesse caso, ficou caracterizado o delito de

- A) furto.
- B) estelionato.
- C) receptação.
- D) roubo.

- E) apropriação indébita.

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Penal / Dos crimes contra o patrimônio / Roubo; Extorsão**

**Fonte: PERITO CRIMINAL - ÁREA 1 / Polícia Científica/ PR / 2017 / IBFC**

**Q94.**

Considere as regras básicas aplicáveis ao Direito Penal e ao Direito Processual Penal para assinalar a alternativa em que não conste crime contra a pessoa.

- A) Homicídio
- B) Aborto
- C) Femicídio
- D) Indução a suicídio
- E) Extorsão

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Penal / Dos crimes contra o patrimônio / Apropriação indébita**

**Fonte: PROMOTOR DE JUSTIÇA / MPE/CE / 2009 / FCC**

**Q95.**

No tocante aos crimes contra o patrimônio, é possível afirmar que

- A) é admissível o arrependimento posterior no crime de extorsão.
- B) não haverá receptação se inimputável o autor do crime de que proveio a coisa.
- C) a pena privativa de liberdade por roubo simples pode ser substituída por restritiva de direitos.
- D) a pena de reclusão, no crime de apropriação indébita, pode ser substituída pela de detenção ou reduzida de um a dois terços, se o agente é primário e a coisa apropriada for de pequeno valor.
- E) o dano culposos admite a suspensão condicional do processo.

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Penal / Dos crimes contra o patrimônio / Estelionato; Outras fraudes e receptação**

**Fonte: PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO / MPE/AP / 2012 / FCC**

**Q96.**

Em relação aos crimes contra o patrimônio, é correto afirmar que

- A) a participação ou auxílio posterior ao crime, não prometido ou prestado antes ou durante a subtração, é suficiente para configurar o concurso de pessoas no furto.
- B) o roubo qualificado pela lesão grave é crime hediondo.
- C) a ação penal é pública incondicionada se o estelionato é cometido em prejuízo de irmão maior de sessenta anos.
- D) impunível a receptação se inimputável o autor do crime de que proveio a coisa.
- E) possível a aplicação somente da pena de multa na apropriação indébita culposa, se primário o agente e de pequeno valor a coisa.

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Penal / Dos crimes contra a dignidade sexual**

**Fonte: JUIZ SUBSTITUTO / TJ/PE / 2013 / FCC**

**Q97.**

No crime de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável,

- A) o sujeito passivo só pode ser pessoa menor de dezoito anos.
- B) a pena é aumentada de um terço, se praticado com o fim de obter vantagem econômica.

- C) constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento.
- D) punível quem praticar conjunção carnal com alguém menor de dezoito e maior de doze anos em situação de prostituição.
- E) punível o proprietário do local em que se verificarem as práticas, ainda que delas não tenha conhecimento.

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Penal / Dos crimes contra a paz pública (quadrilha ou bando)**

**Fonte: ADVOGADO / SGA/AC / 2008 / CESPE**

**Q98.**

No que se refere aos crimes contra a paz pública, julgue os itens subsequentes.

Consuma-se a apologia de crime quando o agente incita, publicamente, a prática de determinado delito.

- CERTO
- ERRADO

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Penal / Dos crimes contra a administração pública**

**Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRE/SP / 2017 / FCC**

**Q99.**

Ricardo reside na cidade de São Paulo e acaba testemunhando, da janela de sua residência, o furto de um veículo que estava estacionado na via pública, defronte ao seu imóvel, praticado por dois agentes. Para se vingar do seu desafeto e vizinho Rodolfo e sabendo de sua inocência, Ricardo apresenta uma denúncia anônima à Polícia noticiando que Rodolfo foi um dos autores do referido crime de furto. A autoridade policial determina a instauração de inquérito policial para apuração da autoria delitiva em relação a Rodolfo. Nesse caso hipotético, Ricardo cometeu crime de

- A) denúncia caluniosa, com pena prevista de reclusão de dois a oito anos e multa, aumentada de sexta parte, pois serviu-se de anonimato.
- B) comunicação falsa de crime, com pena prevista de detenção de um a seis meses ou multa, aumentada de sexta parte, pois serviu-se de anonimato.
- C) denúncia caluniosa, com pena prevista de reclusão de dois a oito anos e multa, sem qualquer majoração.
- D) comunicação falsa de crime, com pena prevista de detenção de um a seis meses ou multa sem qualquer majoração.
- E) falso testemunho.

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito do Processo Penal / Princípios do Processo Penal**

**Fonte: JUIZ SUBSTITUTO / TJ/PE / 2013 / FCC**

**Q100.**

Em relação aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, previstos no artigo 5º, inciso LV, da Constituição da República, é INCORRETO afirmar que

- A) estão intimamente relacionados, uma vez que a ampla defesa garante o contraditório e por ele se manifesta e é garantida.
- B) foram inovações trazidas pelo texto constitucional de 1988.
- C) o contraditório é a ciência bilateral dos atos e termos processuais e a possibilidade de contrariá-los.
- D) a ampla defesa desdobra-se em autodefesa e defesa técnica, sendo a primeira exercida pessoalmente pelo acusado e a segunda por profissional habilitado, com capacidade postulatória e conhecimentos técnicos.
- E) a defesa técnica é irrenunciável, por se tratar de garantia da própria jurisdição.

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito do Processo Penal / Inquérito Policial**

**Fonte: JUIZ SUBSTITUTO / TJ/PE / 2013 / FCC**

**Q101.**

Em relação ao inquérito policial, é correto afirmar que

- A) depois de ordenado seu arquivamento pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.
- B) nos crimes de ação penal privada, a autoridade policial pode iniciar o inquérito policial mediante notícia de crime formulada por qualquer do povo.
- C) a autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito, quando se convencer acerca da atipicidade da conduta investigada.
- D) uma vez relatado o inquérito policial, não poderá ser devolvido à autoridade policial, a requerimento do Ministério Público.
- E) o sigilo total do inquérito policial pode ser oposto ao indiciado, de acordo com entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito do Processo Penal / Ação Penal: espécies**

**Fonte: JUIZ SUBSTITUTO / TJ/PE / 2013 / FCC**

**Q102.**

Nos crimes de ação penal de iniciativa privada,

- A) a renúncia ao exercício do direito de queixa se estenderá a todos os querelantes.
- B) a renúncia é ato unilateral, voluntário e necessariamente expresso.
- C) a perempção pode ocorrer no curso do inquérito policial.
- D) o perdão do ofendido somente é cabível antes do exercício do direito de ação.
- E) o perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito do Processo Penal / Da Prova / Conceito, finalidade e obrigatoriedade**

**Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO ÁREA JUDICIÁRIA - EXECUÇÃO DE MANDADOS / TRF 5ª / 2012 / FCC**

**Q103.**

Sobre a suspensão do processo e a produção antecipada de provas, prevista no art. 366 do Código de Processo Penal,

- A) a decisão que determina a antecipação de prova deve ser concretamente fundamentada, não a justificando o mero decurso do tempo.
- B) a suspensão do processo implica, obrigatoriamente, a decretação da prisão preventiva do acusado ausente, mas não a antecipação de provas.
- C) quando se tratar de réu foragido em outro processo criminal, prescindem de prévia citação por edital.
- D) uma vez decretada a suspensão do processo é obrigatória a produção antecipada da prova pericial.
- E) as hipóteses de urgência que permitem a produção antecipada de provas são apresentadas em rol taxativo pela lei.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito do Processo Penal / Da Prova / Do exame de corpo de delito e perícias em geral**

**Fonte: PROMOTOR DE JUSTIÇA DE 1º ENTRÂNCIA / MPE/AL / 2012 / FCC**

**Q104.**

No tocante à prova no processo penal, é INCORRETO afirmar que

- A) é facultado ao juiz determinar, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.
- B) o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis ou antecipadas.
- C) o exame de corpo de delito realizado por perito oficial somente poderá ser feito durante o dia.
- D) quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.
- E) durante o curso do processo judicial, é permitido às partes, quanto à perícia, requerer a oitiva dos peritos para esclarecerem a prova ou para responderem a quesitos, desde que o mandado de intimação e os quesitos ou questões a serem esclarecidos sejam encaminhados com antecedência mínima de dez dias, podendo apresentar as respostas em laudo complementar.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito do Processo Penal / Da Prova / Do interrogatório do acusado e da confissão**

**Q105.**

Tício está preso na Penitenciária de Presidente Venceslau, cumprindo pena por crimes de homicídio e sequestro, e responde a outro processo por crime de latrocínio na comarca de São Paulo, Capital. Há prova, nos autos, de que o agente integra uma facção criminosa e notícia de uma tentativa de resgate do detento durante o seu deslocamento até a cidade de São Paulo para participar de um determinado ato processual. Designada audiência de instrução, interrogatório, debates e julgamento, o Juiz que preside o processo que tramita contra Tício pelo delito de latrocínio, em decisão fundamentada,

- A) deverá necessariamente realizar o interrogatório de Tício por meio de videoconferência, intimando-se as partes com cinco dias de antecedência, assegurando ao preso a entrevista prévia e reservada com seu defensor, sendo dispensável o acompanhamento pelo preso de todos os atos da audiência única de instrução e julgamento, pela presença física de seu defensor no ato processual.
- B) deverá necessariamente realizar o interrogatório de Tício por meio de videoconferência, intimando-se as partes com dez dias de antecedência, assegurando ao preso o acompanhamento de todos os atos da audiência única de instrução e julgamento, bem como entrevista prévia e reservada com seu defensor.
- C) poderá, em caráter excepcional, realizar o interrogatório de Tício por meio de videoconferência, intimando-se as partes com cinco dias de antecedência, assegurando ao preso a entrevista prévia e reservada com seu defensor, sendo dispensável o acompanhamento pelo preso de todos os atos da audiência única de instrução e julgamento, pela presença física de seu defensor no ato processual.
- D) poderá, em caráter excepcional, realizar o interrogatório de Tício por meio de videoconferência, intimando-se as partes com dez dias de antecedência, assegurando ao preso o acompanhamento de todos os atos da audiência única de instrução e julgamento, bem como entrevista prévia e reservada com seu defensor.
- E) deverá necessariamente realizar o interrogatório de Tício por meio de videoconferência, intimando-se as partes com cinco dias de antecedência, assegurando ao preso o acompanhamento de todos os atos da audiência única de instrução e julgamento, bem como entrevista prévia e reservada com seu defensor.

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito do Processo Penal / Da Prova / Do ofendido**

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - EXECUÇÃO DE MANDADOS / TRF 3ª / 2007 / FCC

**Q106.**

Quanto ao direito a representação do ofendido, é INCORRETO afirmar que

- A) só pode ser exercido no prazo de seis meses, contado do dia em que a vítima ou seu representante legal veio a saber quem é o autor do crime.
- B) pode ser exercido por procurador da vítima ou de seu representante legal com poderes especiais, mediante declaração escrita ou oral.
- C) no caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
- D) as fundações, associações ou sociedades, podem exercer a ação penal, devendo ser representadas por quem os respectivos contratos ou estatutos designarem ou, no silêncio destes, pelos seus diretores ou sócios gerentes.
- E) depois de oferecida a denúncia a representação só é retratável se for manifestada pelo ofendido ainda dentro do prazo decadencial. MODELO –.

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito do Processo Penal / Da Prova / Da testemunha**

Fonte: JUIZ SUBSTITUTO / TJ/PE / 2013 / FCC

**Q107.**

Em relação à prova testemunhal, de acordo com o Código de Processo Penal, é INCORRETO afirmar:

- A) As perguntas no procedimento comum serão formuladas pelas partes diretamente à testemunha, não admitindo o juiz aquelas que puderem induzir a resposta, não tiverem relação com a causa ou importarem na repetição de outra já respondida.
- B) As cartas rogatórias só serão expedidas se demonstrada previamente a sua imprescindibilidade, arcando a parte requerente com os custos de envio.
- C) O Vice-Presidente da República poderá optar pela prestação de depoimento por escrito, caso em que as perguntas, formuladas pelas partes e deferidas pelo juiz, lhe serão transmitidas por ofício.
- D) Se o juiz verificar que a presença do réu poderá causar temor à testemunha ou ao ofendido, de modo que prejudique a verdade do depoimento, determinará desde logo a retirada do réu, prosseguindo na inquirição, com a presença de seu defensor.
- E) A testemunha que morar fora da jurisdição do juiz será inquirida pelo juiz do lugar de sua residência, expedindo-se, para esse fim, carta precatória, com prazo razoável, intimadas as partes.

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito do Processo Penal / Da Prova / Do reconhecimento**

**Q108.**

Acerca do procedimento e das provas no direito processual penal, julgue os itens a seguir.

Quando for necessário fazer o reconhecimento judicial do acusado, não é obrigatório que ele seja colocado ao lado de outras pessoas que com ele guardem semelhança.

- CERTO
- ERRADO

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito do Processo Penal / Da Prova / Da acareação**

Fonte: AGENTE DE POLÍCIA / Polícia Federal / 2009 / CESPE

**Q109.**

Julgue os itens subsequentes quanto a prisã em flagrante, prova e inquẽrito policial.

Na se admite a acareaã entre o acusado e a pessoa ofendida, considerando-se que o acusado tem o direito constitucional ao silêncio, e o ofendido naõ seraã comprometido.

- CERTO
- ERRADO

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito do Processo Penal / Da Prova / Dos documentos**

Fonte: PERITO CRIMINALÍSTICO / SAEB/BA / 2014 / FCC

**Q110.**

No que concerne à prova, é INCORRETO afirmar que

- A) não será permitida a apreensão de documento em poder do defensor do acusado, salvo quando constituir elemento do corpo de delito.
- B) os acareados serão reperguntados, para que expliquem os pontos de divergências, reduzindo-se a termo o ato de acareação.
- C) se consideram documentos quaisquer escritos, instrumentos ou papéis, públicos ou particulares.
- D) várias testemunhas podem, por medida de economia processual, ser inquiridas em conjunto, lavrando-se um só termo.
- E) a pessoa que tiver de fazer o reconhecimento de pessoa será convidada a descrever a pessoa que deva ser reconhecida.

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito do Processo Penal / Da Prova / Da busca e apreensão**

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIA - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR / TJ/DFT / 2015 / CESPE

**Q111.**

A respeito de prova criminal, de medidas cautelares e de prisão processual, julgue os itens que se seguem.

No caso de haver resistência do morador, permite-se o uso da força na busca domiciliar iniciada de dia e continuada à noite, com a exibição de mandado judicial, devendo a diligência ser presenciada por duas testemunhas que poderão atestar a sua

regularidade.

- CERTO
- ERRADO

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito do Processo Penal / Da Prisão e da Liberdade Provisória**

**Fonte: JUIZ SUBSTITUTO / TJ/PE / 2013 / FCC**

**Q112.**

No tocante à prisão no curso do processo e medidas cautelares,

- A) a proibição de ausentar-se do país será comunicada pelo juiz às autoridades encarregadas de fiscalizar as saídas do território nacional, intimando-se o indiciado ou acusado para entregar o passaporte, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
- B) o juiz poderá substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for maior de 75 (setenta e cinco) anos.
- C) a autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 4 (quatro) anos.
- D) julgar-se-á quebrada a fiança quando o acusado praticar nova infração penal, ainda que culposa.
- E) se assim recomendar a situação econômica do preso, a fiança poderá ser aumentada, pelo juiz, até, no máximo, o décuplo.

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito do Processo Penal / Lei de Combate ao Genocídio (Lei nº 2.889/56)**

**Fonte: SOLDADO / Polícia Militar/BA / 2012 / FCC**

**Q113.**

Quem causar lesão grave à integridade física de membros de grupo nacional, étnico, racial ou religioso, com a intenção de destruir o grupo no todo ou em parte, comete

- A) Injúria qualificada por preconceito, prevista no art. 140 do Código Penal Brasileiro.
- B) crime resultante de preconceito de raça ou de cor, previsto na Lei nº 7.716, de 05/01/1989.
- C) crime de genocídio, previsto na Lei nº 2.889, de 01/10/1956.
- D) crime de tortura, previsto na Lei nº 9.455, de 07/04/1997.
- E) contravenção penal resultante de preconceito de raça, prevista na Lei nº 7.437, de 20/12/1985.

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito do Processo Penal / Crimes de Abuso de Autoridade (Lei n.º 4.898/65)**

**Fonte: PROCURADOR DO MUNICÍPIO / PGM - Pref. João Pessoa/PB / 2012 / FCC**

**Q114.**

Quem cometer crime de abuso de autoridade estará sujeito a sanção administrativa, civil e penal. Constitui sanção penal prevista pela Lei no 6.898/65, dentre outras,

- A) a perda do cargo e inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública pelo prazo de até três anos.
- B) a suspensão do cargo, função ou posto por prazo de cinco a cento e oitenta dias, com perda de vencimentos e vantagens.
- C) a destituição de função.
- D) a demissão a bem do serviço público.
- E) o pagamento de indenização.

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito do Processo Penal / Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/90)**

**Fonte: JUIZ SUBSTITUTO / TJ/PE / 2013 / FCC**

**Q115.**

Nos crimes praticados contra a criança e o adolescente tipificados na Lei nº 8.069/90,



- A) em alguns casos somente se procede mediante queixa.
- B) a expressão “cena de sexo explícito” pode não compreender a exibição dos órgãos genitais de uma criança ou adolescente.
- C) cominada pena de detenção para o ato de exibir, total ou parcialmente, fotografia de criança ou adolescente envolvido em ato infracional.
- D) não prevista causa de aumento de pena para o delito de corrupção de menor de dezoito anos.
- E) aplicáveis as normas da parte especial do Código Penal.

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursosprepara.com.br>

**Noções de Direito do Processo Penal / Lei que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor (Lei nº 7.716/89 e Lei nº 9.459/97)**

**Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - SEGURANÇA / TRT 1ª / 2011 / FCC**

**Q116.**

Lauro é proprietário de uma lanchonete. Admitia em seu estabelecimento a frequência de pessoas da raça negra, mas recusava-se a servi-las. A conduta de Lauro

- A) só configura crime de discriminação racial se colocar em situação vexatória a freguesia.
- B) não configura crime de discriminação racial, pois Lauro admitia em seu estabelecimento a frequência de pessoas da raça negra.
- C) não configura crime de discriminação racial, pois Lauro é livre para servir a clientela de acordo com as suas preferências.
- D) configura modalidade de crime de discriminação racial.
- E) só configura crime de discriminação racial se a conduta for ostensiva e houver solicitação expressa de atendimento por quem esteja nessa situação.

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursosprepara.com.br>

**Noções de Direito do Processo Penal / Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/15)**

**Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 11ª / 2017 / FCC**

**Q117.**

No que diz respeito ao reconhecimento igual perante a lei, a Lei nº 13.146/2015 estabelece que

- A) a pessoa com deficiência sempre será submetida à curatela.
- B) a curatela de pessoa com deficiência constitui medida protetiva ordinária.
- C) a curatela é proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso e persiste obrigatoriamente até que sejam completados os 21 anos de idade.
- D) é facultado à pessoa com deficiência a adoção de processo de tomada de decisão apoiada.
- E) a curatela não afeta os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial.

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursosprepara.com.br>

**Noções de Direito do Processo Penal / Prisão temporária (Lei n.º 7.960/89)**

**Fonte: DEFENSOR PÚBLICO / DPE/SP / 2012 / FCC**

**Q118.**

Prisão provisória.

- A) Ausentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva poderá o juiz, no curso do processo, decretar a prisão domiciliar caso o réu esteja extremamente debilitado por motivo de doença grave.
- B) Em qualquer fase da investigação policial poderá o juiz decretar, de ofício, a prisão preventiva do indiciado.
- C) Em relação à prisão temporária, constata-se o *fumus delicti* quando presente fundadas razões de autoria ou participação do indiciado em crimes taxativamente relacionados na Lei federal nº 7.960/89, que disciplina a prisão temporária, exceto se for autorizada para outros crimes por legislação federal posterior.
- D) A publicação de sentença condenatória, que impõe regime inicialmente fechado para o cumprimento da pena privativa de liberdade, constitui marco impeditivo para a concessão da liberdade provisória ao condenado.
- E) A partir da entrada em vigor da Lei federal nº 12.403/11, que reformou parcialmente o Código de Processo Penal, não mais se admite a decretação da prisão preventiva de acusado pela prática de crime doloso cuja sanção máxima em abstrato não ultrapasse quatro anos de reclusão.

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursosprepara.com.br>

**Noções de Direito do Processo Penal / Crimes Hediondos (Lei n.º 8.072/90)**

**Q119.**

São crimes hediondos próprios, assim definidos pela Lei nº 8.072/1990, dentre outros,

- A) estupro de vulnerável, epidemia com resultado morte e adulteração de produto destinado a fim terapêutico.
- B) extorsão mediante sequestro, desastre ferroviário e incêndio, desde que seguidos de morte.
- C) terrorismo, estupro, atentado violento ao pudor e racismo.
- D) homicídio, latrocínio, extorsão mediante sequestro e tráfico ilícito de drogas.
- E) atentado contra meio de transporte aéreo, concussão e homicídio qualificado.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito do Processo Penal / Crime Organizado (Lei n.º 9.034/95)**

Fonte: POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL / PRF / 2013 / CESPE

**Q120.**

Nos itens que avaliam conhecimentos específicos, a sigla PRF, sempre que empregada, refere-se à Polícia Rodoviária Federal ou a policial rodoviário federal, conforme o contexto.

Julgue os itens seguintes, relativos à lei do crime organizado e a crimes resultantes de preconceitos de raça e cor.

Durante o inquérito policial, é necessária a autorização judicial para que um agente policial se infiltre em organização criminosa com fins investigativos.

- CERTO
- ERRADO

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito do Processo Penal / Escuta Telefônica (Lei n.º 9.296/96)**

Fonte: JUIZ SUBSTITUTO / TJGO / 2012 / FCC

**Q121.**

De acordo com o disposto na Lei nº 9.296/96,

- A) não será admitida a interceptação de comunicações telefônicas se o fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de detenção.
- B) a interceptação telefônica não poderá ser decretada de ofício pelo juiz.
- C) a decisão que decretar a interceptação telefônica será fundamentada, sob pena de nulidade, mas não precisará indicar a forma de execução da diligência.
- D) a gravação que não interessar à prova não poderá ser inutilizada, devendo ser mantida para fins de defesa.
- E) o representante do Ministério Público poderá requerer a realização de interceptação telefônica na instrução processual penal, mas não na investigação criminal.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito do Processo Penal / Crimes de Tortura (Lei n.º 9.455/97)**

Fonte: DEFENSOR PÚBLICO / DPE/MA / 2009 / FCC

**Q122.**

Nos termos da Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, a tortura é

- A) proibida em toda e qualquer circunstância, seja ameaça ou estado de guerra, instabilidade política interna ou qualquer outra emergência pública, sendo um crime impróprio em que a qualidade de agente público é causa de aumento de pena.
- B) permitida excepcionalmente em estado de guerra, sendo um crime próprio que tem como sujeito ativo um agente público.
- C) permitida excepcionalmente para o combate ao terrorismo, sendo um crime impróprio em que a qualidade de agente público é causa de aumento de pena.
- D) proibida em toda e qualquer circunstância, seja ameaça ou estado de guerra, instabilidade política interna ou qualquer outra emergência pública, sendo um crime próprio que tem como sujeito ativo um agente público.

- E) permitida excepcionalmente em estado de guerra, sendo um crime impróprio em que a qualidade de agente público é causa de aumento de pena.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito do Processo Penal / Crimes ambientais (Lei n.º 9.605/98)**

**Fonte: PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO / MPE/AP / 2012 / FCC**

**Q123.**

Quanto aos crimes contra a fauna, é correto afirmar que

- A) são considerados espécimes da fauna silvestre apenas aquelas pertencentes às espécies nativas ou migratórias.
- B) a pena deve ser aumentada até a metade, se o crime decorre do exercício de caça profissional.
- C) a pena deve ser reduzida no caso de guarda doméstica de espécie silvestre não considerada ameaçada de extinção.
- D) é cabível o perdão judicial no caso de abate de animal nocivo, desde que assim caracterizado pelo órgão competente.
- E) a pena é aumentada de metade se o crime é praticado durante a noite.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito do Processo Penal / Estatuto do Desarmamento e regulamentação específica (Lei nº 10.826/03, Decreto nº 5.123/04 e Decreto nº 3.665/00)**

**Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - SEGURANÇA / TRT 1ª / 2011 / FCC**

**Q124.**

Qualquer cidadão comum que queira adquirir arma de fogo deverá declarar a necessidade e atender a vários requisitos elencados no Estatuto do Desarmamento, e após todos os requisitos terem sido comprovados, a emissão do porte de arma é realizada

- A) pela Polícia Federal.
- B) pelo Ministério da Justiça.
- C) pelo SINARM.
- D) pelo Comando do Exército.
- E) pela Secretaria de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito do Processo Penal / Estatuto do Torcedor (Lei nº 10.671/03)**

**Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRT 6ª / 2012 / FCC**

**Q125.**

Em decisão recente, o Supremo Tribunal Federal considerou que o Estatuto de Defesa do Torcedor (Lei nº 10.671/2003) cuida de matéria que se insere dentre as competências concorrentes, na medida em que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre educação, cultura, ensino e desporto. Nesse sentido, no âmbito da competência concorrente, o Estatuto de Defesa do Torcedor estabelece normas

- A) suplementares.
- B) remanescentes.
- C) interventivas.
- D) gerais.
- E) complementares.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito do Processo Penal / Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741/03)**

**Fonte: ANALISTA SUPERIOR I - ASSISTENTE SOCIAL / INFRAERO / 2011 / FCC**

**Q126.**

Segundo o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003),

- A) o idoso tem direito ao exercício de atividade profissional, respeitadas suas condições físicas, intelectuais e psíquicas, desde que comprovada sua aptidão laboral por perícia médica.

- B) cabe ao Poder Público criar programas de estímulo às empresas privadas para admissão de idosos ao trabalho.
- C) é vedado ao idoso o acúmulo de aposentadoria e de salário, exceto nos casos em que a aposentadoria não ultrapassar dois salários mínimos e o salário percebido não ultrapassar o mesmo teto.
- D) fica assegurada aos maiores de sessenta e cinco anos a gratuidade do transporte aéreo, com a reserva de duas vagas gratuitas por aeronave para idosos com renda igual ou inferior a dois salários mínimos.
- E) o idoso com menos de sessenta e cinco anos tem direito de participar de cursos de capacitação e reciclagem profissional para desenvolver atividades profissionais.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito do Processo Penal / Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/06)**

**Fonte: SOLDADO / Polícia Militar/BA / 2012 / FCC**

**Q127.**

De acordo com a Lei nº 11.340, de 07/08/2006 (Lei Maria da Penha),

- A) a prisão preventiva do agressor somente poderá ser decretada durante a instrução criminal e a requerimento do Ministério Público.
- B) a ofendida deverá ser notificada dos atos processuais relativos ao agressor, especialmente dos pertinentes ao ingresso e saída da prisão.
- C) as medidas protetivas de urgência só poderão ser concedidas pelo Juiz a pedido da ofendida.
- D) a ofendida poderá entregar a intimação ou notificação diretamente ao agressor.
- E) as medidas protetivas de urgência só poderão ser concedidas pelo juiz a requerimento do Ministério Público.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito do Processo Penal / Lei que institui o sistema nacional de políticas públicas sobre drogas (Lei n.º 11.343/06)**

**Fonte: PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO / MPE/AP / 2012 / FCC**

**Q128.**

No crime de tráfico de entorpecentes,

- A) a pena pode ser reduzida dentro dos limites legais de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços), se o acusado colaborar voluntariamente com a investigação policial na identificação dos demais coautores e na recuperação do produto do crime.
- B) a sanção pecuniária será fixada em dias multa, em valor unitário não inferior a 1/30 nem superior a cinco vezes o maior salário mínimo, e podem ser aumentadas até o limite do triplo se, em virtude da situação econômica do acusado, o juiz considerá-las ineficazes, ainda que aplicadas no máximo.
- C) é isento de pena o agente que, em razão da dependência de drogas era, ao tempo da ação, apenas no que se refere ao comércio ilícito de entorpecentes, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- D) é possível a concessão do livramento condicional após o cumprimento de 1/3 (um terço) da pena, se primário o condenado, ou de 1/2 (metade), se reincidente em crime doloso.
- E) as penas devem ser aumentadas de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços) se praticado com violência, grave ameaça, emprego de arma de fogo ou qualquer processo de intimidação difusa ou coletiva.

---

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito do Processo Penal / Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/11)**

**Fonte: PERITO CRIMINAL - ÁREA 1 / Polícia Científica/ PR / 2017 / IBFC**

**Q129.**

Assinale a alternativa correta, considerando o disposto na Lei nº 12.527, de 18/11/2011, sobre recursos no procedimento de acesso à informação:

- A) No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 30 (trinta) dias a contar da sua ciência, sendo que o recurso será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de 1 (um) dia
- B) No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez)

dias a contar da assinatura da decisão, sendo que o recurso será dirigido à autoridade que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de 24 (vinte e quatro) horas

- C) No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência, sendo que o recurso será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias
- D) No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 15 (quinz (E) dias a contar da assinatura da decisão, sendo que o recurso será dirigido à autoridade que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de 24 (vinte e quatro) horas
- E) No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 5 (cinco) dias a contar da sua ciência, sendo que o recurso será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de 15 (quinz (E) dias

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

***Noções de Direito Penal Militar / Das penas / Das penas principais***

**Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIA / STM / 2011 / CESPE**

**Q130.**

Com relação ao direito penal militar, julgue os itens de 66 a 70 à luz do Código Penal Militar (CPM).

Se, no distrito da culpa de militar condenado, por crime militar, ao cumprimento de pena privativa de liberdade de oito anos de reclusão, não houver penitenciária militar, a execução da pena deverá ocorrer em estabelecimento civil comum, ficando a sua execução a cargo do juízo de execuções penais, sob a égide da legislação penal comum.

- CERTO
- ERRADO

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

***Noções de Direito Penal Militar / Das penas / Das penas acessórias***

**Fonte: DEFENSOR PÚBLICO DA UNIÃO / DPU / 2007 / CESPE**

**Q131.**

Com base no direito penal militar, julgue os seguintes itens.

A pena acessória de exclusão das Forças Armadas prevista no CPM será obrigatoriamente aplicada à praça cuja condenação à pena privativa de liberdade for superior a dois anos.

- CERTO
- ERRADO

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Penal Militar / Dos crimes contra a autoridade ou disciplina militar**

**Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIA / STM / 2011 / CESPE**

**Q132.**

Julgue os itens a seguir, acerca das condutas definidas como crimes militares e dos seus efeitos.

Considere as seguintes situações hipotéticas.

I Um agrupamento de militares armados, em concurso com civis, ocupou estabelecimento militar em desobediência a ordem superior.

II Reunidos, militares agiram contra ordem recebida de superior, negando-se a cumpri-la, todavia, sem a utilização de armamento.

Nesse caso, a situação I configura crime de revolta, sendo que os civis não ingressam na relação jurídico-penal castrense, nem mesmo como coautores, e a situação II tipifica o crime de motim, sendo elemento diferenciador entre as duas situações a existência de armas.

- CERTO
- ERRADO

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito Penal Militar / Dos crimes contra o serviço militar e o dever militar**

**Fonte: ANALISTA DO MPU - DIREITO / MPU / 2013 / CESPE**

**Q133.**

Julgue os itens seguintes, relativos ao direito penal militar.

Considere que João, dentista civil, tenha sido condenado pela justiça militar da União à pena de quatro anos de reclusão, pelo crime de violência contra militar em serviço. Nessa situação, o condenado deve cumprir a pena em penitenciária militar.

- CERTO
- ERRADO

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito do Processo Penal Militar / Capítulo da Polícia Judiciária Militar**

**Fonte: ANALISTA DO MPU - DIREITO / MPU / 2013 / CESPE**

**Q134.**

Com base no direito processual penal militar, julgue os itens que se seguem.

O ministro da Defesa, dada a sua condição de ministro de Estado civil, não exerce função de polícia judiciária militar.

- CERTO
- ERRADO

---

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

**Noções de Direito do Processo Penal Militar / Capítulo do Inquérito Policial Militar**

**Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - EXECUÇÃO DE MANDATOS / STM / 2011 / CESPE**

**Q135.**

Com base no Código de Processo Penal Militar (CPPM), julgue os próximos itens.

O inquérito policial militar (IPM) caracteriza-se por exigir sigilo absoluto, previsto de forma expressa no CPPM, de modo que, veda-se ao advogado e ao investigado o acesso aos autos do procedimento investigatório.

- CERTO
- ERRADO